



## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

O Conselho de Administração da Ampla Energia e Serviços S.A. (“Ampla” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus Acionistas a Proposta da Administração sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 26/04/2016, bem como o Comentário dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia no exercício de 2015, nos termos do item 10, do Anexo 24, da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009 (Formulário de Referência), anexo I ao presente documento.

### ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

#### 1 - Aprovação das contas dos Administradores, exame, discussão e votação do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2014, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes

A Administração da Companhia informa, que foram colocados à disposição dos Senhores Acionistas, em 11 de fevereiro de 2016, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, Ernst & Young Auditores Independentes, e o Relatório da Administração referentes ao exercício findo em 31/12/2015, aprovados pela Diretoria da Companhia previamente à manifestação favorável do Conselho de Administração, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembléia.

#### 2 - Destinação do lucro líquido do exercício de 2015 e a distribuição de dividendos

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2015 um prejuízo de R\$ 35.233.767,66 (trinta e cinco milhões, duzentos e trinta e três mil, setecentos e sessenta e sete reais e sessenta e seis centavos).

Conforme exigido pela Instrução CVM nº 481, de 17/12/2009, apresentamos abaixo tabela comparativa indicando os valores por lote de mil ações de cada espécie e classe, nos últimos 3 exercícios sociais:

	2013	2014	2015
<b>Lucro Líquido</b>	<b>515.059.067,25</b>	<b>185.622.479,60</b>	<b>(35.233.767,66)</b>
<b>Lucro Líquido por Lote de mil ações (Ordinárias)</b>	<b>0,131308343</b>	<b>0,011830575</b>	<b>(0,00898)</b>

Encontra-se anexa ao presente documento a proposta de destinação do lucro líquido do exercício com as informações indicadas no Anexo 9-1 II da Instrução CVM nº 481/2009, nos termos do inciso II do parágrafo segundo do art. 9º da referida instrução (Anexo II).

#### 3. Fixação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2016

A proposta de remuneração global dos administradores para 2016: **R\$ 20.378.181,18**

Encontra-se anexa ao presente documento (Anexo III) as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência, conforme artigo 12 da Instrução CVM nº 481/2009.



#### 4. Eleição de um Conselho de Administração para um novo mandato de 3 anos

Encontra-se anexa ao presente documento (Anexo IV) as informações indicadas no item 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme artigo 10 da Instrução CVM nº 481/2009, relativas aos candidatos indicados pelo controlador para compor o Conselho de Administração da Companhia.

### Anexo I - Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia

## 10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

### 10.1. Os diretores devem comentar sobre:

#### a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, assim como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. Considerando os indicadores financeiros e patrimoniais apresentados nos últimos três anos, conforme tabela abaixo, a Administração está confortável com o nível de endividamento da Companhia que permaneceu em patamares conversadores e até abaixo da média sugerida pela regulamentação do setor elétrico. A Companhia encerrou 2015 com uma alavancagem financeira bruta (Dívida Bruta/( Dívida Bruta+ PL) de 49% contra 55% sugerida pela regulamentação. O Índice Dívida líquida sobre EBITDA demonstra que nos últimos três anos, a Companhia apresentou, em média, nível de dívida inferior a 2 vezes sua capacidade de geração de caixa anual, valor inferior à referência de mercado.

A Companhia apresenta liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir seus investimentos planejados, suas despesas, suas dívidas e outras obrigações. Caso necessário, a diretoria está segura que a Companhia apresenta capacidade de contratar empréstimos para financiar suas atividades e/ou investimentos futuros.

Em 17 de março de 2016, a Standard & Poor's Rating Services ("S&P") reafirmou os ratings 'BB' na escala global e 'brAA-' na Escala Nacional Brasil atribuídos à Companhia. A perspectiva desses ratings em ambas as escalas permanece negativa.

Também reafirmamos os ratings 'brAA-' atribuídos às 6ª, 7ª e 8ª emissões de debêntures da empresa e retiramos o rating de recuperação '3H' dessas dívidas.

A Ampla Energia encerrou 2015 com o custo da dívida médio em 10,61% a.a., ou CDI; + 0,26% a.a., custo este que reflete a saudável composição do portfólio de empréstimos da Companhia, no qual 31% dos empréstimos foram captados junto a instituições de fomento.

<b>Indicadores de Endividamento</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Dívida Bruta / EBITDA	7,62	1,94	1,58
Dívida Líquida / EBITDA	6,93	<b>1,80</b>	1,33
EBITDA / Encargos de Dívida	1,50	<b>6,59</b>	8,78
Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)	0,52	0,41	0,37
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL)	0,49	<b>0,39</b>	0,33
<b>Indicadores de Liquidez</b>		<b>2014</b>	<b>2013</b>
Liquidez Geral - (Ativo Circulante+Ativo Não Circulante)/(Passivo Circulante+Passivo Não Circulante)	1,51	1,75	1,77
Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	1,19	1,37	1,25
Liquidez Imediata (Caixa e Equivalentes e Aplicações Financeiras/Passivo Circulante)	0,13	0,12	0,18



**b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

*i. hipóteses de resgate*

*ii. fórmula de cálculo do valor de resgate*

Estrutura de capital – calculada considerando relação: dívida bruta/(dívida bruta + patrimônio líquido), nos últimos 3 exercícios:

<b>Situação Patrimonial</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Capital Próprio - Patrimônio Líquido	2.513.420	2.593.172	2.480.825
Capital de Terceiros - Dívida Bruta	2.435.836	1.664.968	1.289.040
Capital Total	<b>4.949.256</b>	<b>4.258.140</b>	3.769.865
% Capital Próprio	51%	61%	66%
% Capital Terceiros	49%	39%	34%

A companhia não possui ações resgatáveis, portanto os itens 10.b.1 e 10.b.2 não são aplicáveis.

**c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Nos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, nas operações de capital de giro e debêntures, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2015.

<b>Obrigações Especiais Financeiras - Covenants</b>	<b>Fonte Exigência</b>	<b>Valor Compromissado</b>	<b>Índice em 31/12/2015</b>
Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	BNDES	3,5	2,95
Dívida Financeira Líquida / (PL + Dívida Financeira Líquida) (máximo)	BNDES	0,6	0,38
Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	Capital de giro	3,5	1,23
EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	Capital de giro	1,75	2,37

A Companhia tem desenvolvido uma estratégia financeira com os objetivos principais de: (i) continuar a alongar o prazo médio de vencimento de suas dívidas, inclusive por meio do pagamento de dívidas de curto prazo com recursos de empréstimos e financiamentos de longo prazo; (ii) aumentar os níveis de liquidez de suas dívidas; e (iii) melhorar sua flexibilidade estratégica, financeira e operacional. Considerando o seu perfil de endividamento de longo prazo e a sua capacidade financeira de captação de recursos e geração de caixa, a Companhia não deverá encontrar dificuldades em honrar os seus compromissos financeiros atualmente contratados ou em financiar investimentos futuros.

**d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

As principais exigências de caixa da Companhia compreendem: (i) pagamento dos custos operacionais; (ii) realização de investimentos; (iii) pagamento de encargos e amortizações de dívidas; e (iv) dividendos aos acionistas.

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a companhia utiliza-se principalmente de: (i) receita do fornecimento de energia elétrica aos clientes; (ii) subvenções dos recursos federais dos programas Baixa Renda; (iii) linhas de financiamento para capital de giro, contratadas com BRADESCO(R\$ 50 milhões), SANTANDER(R\$ 100 milhões) e HSBC(R\$ 70 milhões); e (iv) linhas de financiamento de longo prazo para investimentos capex através do Sistema BNDES.

O fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais são suficientes para as necessidades de recursos da companhia. Todavia, a Ampla busca alavancagem através de financiamentos, empréstimos bancários, financiamento



com fornecedores, operações no mercado de capitais como emissões de debêntures e de notas promissórias, dentre outros instrumentos, com a finalidade de financiar sua necessidade de recursos para suas atividades operacionais e realização de investimentos.

**e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Para eventuais coberturas do caixa a empresa pode utilizar-se de linhas de empréstimo para capital de giro, contratadas com BRADESCO(R\$50 milhões), SANTANDER(R\$ 100 milhões) e HSBC (R\$ 70 milhões). Alternativamente as linhas de créditos disponíveis no mercado financeiro, a companhia também poderá acessar o mercado de capitais através de emissões de debêntures ou de notas promissórias.

**f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

*i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes*

As informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são:

**Exercícios 2015, 2014 e 2013**

Saldo das operações contratadas (valores em R\$ mil):

	31/12/2015			31/12/2014			31/12/2013		
	Encargos	Principal		Encargos	Principal		Encargos	Principal	
		Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
BNDES (Finame) (a)				-	-	-	3	1.884	-
BNDES (Capex 2011) (b)	207	10.139	45.626	245	10.139	55.765	265	10.139	65.904
BNDES (Capex 2011) (b)	185	19.375	29.062	230	19.305	48.263	278	19.305	67.568
BNDES (Capex 2011) (b)	205	19.375	29.062	258	19.305	48.263	311	19.305	67.568
BNDES (Capex 2012) (c)	80	8.256	52.977	92	8.297	61.539	91	4.149	69.836
BNDES (Capex 2012) (c)	398	23.528	82.348	431	23.412	105.356	440	11.706	128.768
BNDES (Capex 2012) (c)	441	23.528	82.348	484	23.412	105.356	495	11.706	128.768
BNDES (Capex 2014-2015) (d)	41	5.165	51.648						
BNDES (Capex 2014-2015) (d)	111	5.165	51.644						
Eletrobrás (d)	-	-	-	2	2.941	10.923	3	2.940	13.865
Eletrobrás (d)	-	-	-	2	2.655	7.268	2	2.650	9.917
Bradesco S.A. 4º, 5º e 6º contratos (f)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil S.A (g)	1.813	-	100.000	1.384	-	100.000	1142	-	100.000
Banco do Brasil S.A (g)	424	-	30.000	320	-	30.000	251	-	30.000
Mútuo	1.085	-	877.053						
<b>Total</b>	<b>4.990</b>	<b>114.530</b>	<b>1.431.769</b>	<b>3.448</b>	<b>109.466</b>	<b>572.733</b>	<b>3.281</b>	<b>83.784</b>	<b>682.194</b>



Características das operações contratadas:

	<u>Início</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Tipo de Amortização</u>	<u>Garantias</u>	<u>Encargos Financeiros</u>
BNDES (Capex 2011) (b)	15/08/2011	15/06/2021	Mensal	Recebíveis	8,7%
BNDES (Capex 2011) (b)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,96%
BNDES (Capex 2011) (b)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,96%
BNDES (Capex 2012-2013) (c)	16/08/2013	15/05/2023	Mensal	Recebíveis	3%
BNDES (Capex 2012-2013) (c)	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,80%
BNDES (Capex 2012-2013) (c)	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,80%
BNDES (Capex 2014-2015) (h)	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,10%
BNDES (Capex 2014-2015) (h)	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	Recebíveis	SELIC + 3,18%
Banco do Brasil S.A (g)	19/11/2013	14/11/2019	Variável	-	107% CDI
Banco do Brasil S.A (g)	29/11/2013	25/11/2019	Variável	-	107% CDI
MÚTUO SUBORDINADO I	29/12/2015	07/08/2019	Variável	-	CDI + 1,65%
MÚTUO SUBORDINADO II	29/12/2015	07/08/2019	Variável	-	CDI + 2,75%
MÚTUO SUBORDINADO III	29/12/2015	07/08/2019	Variável	-	CDI + 2,75%
MÚTUO SUBORDINADO IV	29/12/2015	07/08/2019	Variável	-	CDI + 1,65%

- a) BNDES Finame: Financiamento contratado junto ao Banco Safra com repasse de recursos do BNDES para aquisição de equipamentos nacionais.
- b) BNDES Capex: Financiamento, no montante total previsto de R\$ 301.425, para o plano de investimento da Companhia no período de 2006/2008, contratado junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES. O mesmo encontra se liquidado.
- c) BNDES Capex 2011: Financiamento, no montante total previsto de R\$ 331.397, para o plano de investimento da Companhia no período de 2010/2011, contrato junto ao sindicato liderado pelo Itaú, com repasse de recursos do BNDES. A Companhia sacou 100% do valor contratado.
- d) Eletrobrás: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica - Luz Para Todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE.
- e) Eletrobrás: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos das obras de reconstrução da rede de distribuição e subtransmissão da Região Serrana do Rio de Janeiro, que foram afetadas devido às chuvas no 1º trimestre de 2011. Esta operação tem recursos originários da RGR.
- f) Empréstimos contraídos para atender à necessidade de capital de giro da Companhia.

Nos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e nas operações de capital de giro, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2015:



Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite
BNDES	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,5
BNDES	Dívida Financeira Líquida / (PL + Dívida Financeira Líquida) (máximo)	0,6
Capital de giro	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,5
Capital de giro	EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	2

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante, nos três últimos exercícios sociais, se apresenta da seguinte forma:

Curva de Amortização dos Empréstimos e Financiamentos	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
2015	-	-	109.462
2016	114.530	109.332	109.332
2017	168.192	152.278	152.278
2018	148.818	131.592	131.592
Após 2018	1.263.576	138.700	179.530
<b>Total</b>	<b>1.695.116</b>	<b>531.902</b>	<b>682.194</b>

Variação dos da dívida acumulados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013:

Indexador	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
IPCA	10,67%	6,41%	5,91%
IGP-M	10,54%	3,69%	5,51%
TJLP	6,25%	5,00%	5,00%
CDI	13,24%	11,37%	8,06%
SELIC	13,27%	10,90%	8,22%

**g) limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Contratos	Objeto	Valor Total	Desembolsado	Garantias
BNDES Capex 2011	Financiamento do CAPEX 2010/2011	331.397	97%	Recebíveis
BNDES Capex 2012-2013	Financiamento do CAPEX 2012/2013	450.171	79%	Recebíveis
BNDES Capex 2014-2015	Financiamento do CAPEX 2014/2015	476.613	24%	Recebíveis
Banco do Brasil	Capital de Giro	130.000	100%	-
Enel Brasil	Empréstimo subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	877.053	100%	-

Mutação de empréstimos e financiamentos:



Grupo Enel

	<b>Moeda nacional</b>		
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	87.065	682.194	769.259
Captações	-	-	-
Encargos provisionados	59.683	-	59.683
Transferências	109.461	(109.461)	-
Amortizações	(83.780)	-	(83.780)
Encargos pagos	(59.515)	-	(59.515)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<b>112.914</b>	<b>572.733</b>	<b>685.647</b>
Captações	1.897.416	-	1.897.416
Varição monetária	1.178	-	1.178
Conta Garantida	-	-	-
Encargos provisionados	121.279	-	121.279
Transferências	(859.036)	859.036	-
Amortizações	(1.034.494)	-	(1.034.494)
Encargos pagos	(119.737)	-	(119.737)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<b>119.520</b>	<b>1.431.769</b>	<b>1.551.289</b>

## Debêntures

	<b>31/12/2015</b>		<b>31/12/2014</b>		<b>31/12/2013</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>
1ª série - 6ª emissão	58.869	-	59.008	58.500	-	117.000
2ª série - 6ª emissão	92.884	164.613	9.638	223.375	-	209.480
1ª série - 7ª emissão	50.624	50.000	428	100.000	-	100.000
2ª série - 7ª emissão	12.593	385.551	11.476	348.788	-	327.093
1ª série - 8ª emissão	11.050	150.000	8.392	150.000	-	-
2ª série - 8ª emissão	11.050	150.000	8.392	150.000	-	-
(-) Custo a amortizar	(1.202)	(2.701)	(1.206)	(3.903)	-1084	(2.929)
Total sem efeito de swap	<b>235.868</b>	<b>897.463</b>	<b>96.128</b>	<b>1.026.760</b>	<b>(1.084)</b>	<b>750.644</b>
Resultado das operações de swap	<b>(1.912)</b>	<b>(5.385)</b>	<b>(259)</b>	<b>(10.381)</b>	<b>(93)</b>	<b>(13.256)</b>
Total de debêntures líquido	<b>233.956</b>	<b>892.078</b>	<b>95.869</b>	<b>1.016.379</b>	<b>(1.177)</b>	<b>737.388</b>

Em 31 de dezembro de 2015, as debêntures são simples e não conversíveis em ações. Os instrumentos financeiros derivativos (swaps) encontram-se registrados no ativo circulante e não circulante nos valores de R\$ 1.912 (R\$ 259 em 2014) e R\$ 5.385 (R\$ 10.381 em 2014), respectivamente.



Características das emissões:

Características	6ª emissão	
	1ª Série	2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografia	Quirografia
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	11.700 debêntures simples	18.300 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Data de emissão	15 de junho de 2011	15 de junho de 2011
Vencimento inicial	15 de junho de 2015	15 de junho de 2016
Vencimento final	15 de junho de 2016	15 de junho de 2018
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI+1,2% a.a.	IPCA+7,90% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2015 e 2016	2016, 2017 e 2018

  

Características	7ª emissão	
	1ª Série	2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografia	Quirografia
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	10.000 debêntures simples	30.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Data de emissão	15 de junho de 2012	15 de junho de 2012
Vencimento inicial	15 de junho de 2016	15 de junho de 2017
Vencimento final	15 de junho de 2017	15 de junho de 2019
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI+1,02% a.a.	IPCA+6,00% a.a.



	Semestral	Anual
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2016 e 2017	2017, 2018 e 2019
	<b>8ª emissão</b>	<b>8ª emissão</b>
<b>Características</b>	<b>1ª Série</b>	<b>2ª Série</b>
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	15.000 debêntures simples	15.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Data de emissão	16 de julho de 2014	16 de julho de 2014
Vencimento inicial	15 de julho de 2017	15 de julho de 2017
Vencimento final	15 de julho de 2019	15 de julho de 2019
Atualização monetária	Sem atualização	Sem atualização
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI+1,45% a.a.	CDI+1,45% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Semestral
Amortizações	Em três parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2017, 2018 e 2019	2017, 2018 e 2019

### **6ª Emissão**

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2011, foi aprovada a 6ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

### **7ª Emissão**

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2012, foi aprovada a 7ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas, assim como reforçar o capital de giro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

### **8ª Emissão**

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25 de junho de 2014, foi aprovada a 8ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas, assim como reforçar o capital de giro da



Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras, quais sejam:

	2015	2016	2017	2018	Após 2018	Total
1ª série - 6ª emissão	-	58.500	-	-	-	58.500
2ª série - 6ª emissão	-	74.459	74.458	74.458	-	223.375
1ª série - 7ª emissão	-	50.000	50.000	-	-	100.000
2ª série - 7ª emissão	-	-	116.263	116.263	116.262	348.788
1ª série - 8ª emissão	-	-	50.000	50.000	50.000	150.000
2ª série - 8ª emissão	-	-	50.000	50.000	50.000	150.000
(-) Custo de transação	-	(1.138)	(972)	(798)	(995)	(3.903)
<b>Total a amortizar</b>	<b>-</b>	<b>181.821</b>	<b>339.749</b>	<b>289.923</b>	<b>215.267</b>	<b>1.026.760</b>

#### ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém contratos de financiamento de longo prazo com BNDES. Além disso, a Companhia ainda dispõe de limites previamente aprovados para realização de novas operações de financiamento de longo prazo para realização de seus investimentos com BNDES.

#### iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há condição de subordinação entre as dívidas contraídas pela Companhia que integram as demonstrações financeiras correspondentes aos três últimos exercícios. Adicionalmente, para as obrigações do passível exigível, em eventual concurso universal de credores, a Companhia seguirá a ordem estabelecida no art. 83 da Lei de falências (Nº 11.101).

#### iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A Companhia mantém contratos de financiamento e escritura de emissão de debêntures com estabelecimento de covenants financeiros, tais como Dívida Financeira Líquida ÷ EBITDA ≤ 2,5; EBITDA ÷ Despesa Financeira Líquida ≥ 2,75 – nas escrituras de emissão de debêntures; e Endividamento Financeiro Líquido ÷ LAJIDA ≤ 3,5, referentes aos Contratos de Repasse BNDES. A distribuição de dividendos, alienação de ativos e controle acionário, são realizados em observância dos contratos com o BNDES/Repasse e disposições aplicáveis aos contratos do BNDES, Eletrobrás e condições gerais dos contratos de financiamento com a Eletrobrás.

Até esta data, a Companhia não havia descumprido nenhum dos índices econômico-financeiros (*covenants* financeiros) mencionados acima, nem mesmo está em risco de descumpri-los.

Além disso, os contratos relativos à maior parte das dívidas de longo prazo da Companhia contêm cláusulas de vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration default*), de modo que o vencimento antecipado de um dos contratos poderá acarretar a aceleração do vencimento de outros contratos.

#### g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Contratos	Objeto	Valor Total	Desembolsado	Garantias
BNDES Capex 2011	Financiamento do CAPEX 2010/2011	331.397	97%	Recebíveis



Grupo Enel

BNDES Capex 2012-2013	Financiamento do CAPEX 2012/2013	450.171	79%	Recebíveis
BNDES Capex 2014-2015	Financiamento do CAPEX 2014/2015	476.613	24%	Recebíveis
Banco do Brasil	Capital de Giro	130.000	100%	-
Enel Brasil	Empréstimo subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	877.053	100%	-

**h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**



Grupo Enel

	2015	%	2014	%	2013	%	Var. % 2015 x 2014	Var. % 2014 x 2013
<b>Receita Operacional</b>	<b>8.542.303</b>	<b>100,00%</b>	<b>6.139.919</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.234.954</b>	<b>100,00%</b>	<b>39,1%</b>	<b>17,3%</b>
Fornecimento de Energia	6.325.972	74,05%	4.731.920	77,07%	4.342.378	82,95%	33,7%	9,0%
Valores a Receber de Parcela A e outros itens financeiros	885.415	10,37%	415.789	6,77%	-	0,00%	> 100,0%	> 100,0%
Baixa Renda	49.851	0,58%	60.769	0,99%	61.198	1,17%	-18,0%	-0,7%
Subvenção CDE - Desconto Tarifário	134.715	1,58%	126.801	2,07%	94.458	1,80%	6,2%	34,2%
Suprimento de Energia Elétrica	66.560	0,78%	54.197	0,88%	39.902	0,76%	22,8%	35,8%
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	246.762	2,89%	164.663	2,68%	182.657	3,49%	49,9%	-9,9%
Receita de Construção	76.1538	8,91%	508.161	8,28%	444.206	8,49%	49,9%	14,4%
Outras Receitas	71.490	0,84%	77.619	1,26%	70.155	1,34%	-7,9%	10,6%
<b>Deduções da Receita</b>	<b>(3.364.923)</b>	<b>100,00%</b>	<b>(1.558.527)</b>	<b>100,00%</b>	<b>(1.385.522)</b>	<b>100,00%</b>	<b>&gt; 100,0%</b>	<b>11,9%</b>
ICMS	(1.698.658)	50,48%	(1.211.660)	77,74%	(1.109.834)	80,10%	40,2%	9,2%
PIS	(135.752)	4,03%	(44.675)	2,87%	(48.210)	3,48%	> 100,0%	-7,3%
COFINS	(625.281)	18,58%	(205.776)	13,20%	(167.513)	12,09%	> 100,0%	22,8%
ISS	(3.103)	0,09%	(2.686)	0,17%	(2.832)	0,20%	15,5%	-5,2%
Encargo Setorial CDE	(854.498)	25,39%	(50.554)	3,24%	(34.468)	2,49%	> 100,0%	46,7%
Programa de Eficiência Energética e P&D	(37.728)	1,12%	(35.514)	2,28%	(33.675)	2,43%	6,2%	5,5%
Taxa de Fiscalização da ANEEL	(9.903)	0,29%	(7.662)	0,49%	11.198	-0,81%	29,2%	-100,0%
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargo de Capacidade/Aquisição Emergencial/Outros	-	-	-	-	(188)	0,01%	-	-100,0%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>5.177.380</b>		<b>4.581.392</b>		<b>3.849.432</b>		<b>13,0%</b>	<b>19,2%</b>
<b>Custo do Serviço / Despesa Operacional</b>	<b>(5.048.019)</b>	<b>100,00%</b>	<b>(3.867.808)</b>	<b>100,00%</b>	<b>(3.101.171)</b>	<b>100,00%</b>	<b>30,5%</b>	<b>23,7%</b>
Custos e despesas não gerenciáveis	(3.162.056)	100,00%	(2.438.029)	100,00%	(1.770.875)	100,00%	29,7%	
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.792.124)	88,30%	(2.205.952)	89,48%	(1.509.634)	85,25%	26,6%	46,1%
Encargos de Uso/de Serviço do Sistema	(369.932)	11,70%	(232.077)	10,52%	(253.513)	14,32%	59,4%	38,1%
Taxa de Fiscalização da ANEEL	-	-	-	-	(7.728)	0,44%	-	-
Custos e despesas gerenciáveis	(1.885.963)	100,00%	(1.429.779)	100,00%	(1.330.296)	100,00%	31,9%	4,5%
Pessoal	(187.871)	9,96%	(162.167)	11,34%	(163.203)	11,52%	15,9%	5,9%
Material e Serviços de Terceiros	(448.293)	23,77%	(313.473)	21,92%	(283.482)	21,31%	43,0%	10,6%
Custo de Desativação de Bens	(18.008)	0,95%	(41.008)	2,87%	(93.242)	7,01%	-56,1%	-56,0%
Depreciação e Amortização	(222.095)	11,78%	(213.700)	14,95%	(219.347)	16,49%	3,9%	-2,6%
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(128.153)	6,80%	(51.777)	3,62%	(62.300)	4,68%	> 100,0%	-16,9%
Provisão para Contingências	(49.051)	2,60%	(58.449)	4,09%	(43.860)	3,30%	-16,1%	33,3%
Custo de Construção	(76.1538)	40,38%	(508.161)	35,54%	(444.206)	33,39%	49,9%	14,4%
Indenizações DIC / FIC	(44.522)	2,36%	(40.195)	2,81%	-	0,00%	10,8%	-
Outras Despesas Operacionais	(26.432)	1,40%	(40.849)	2,86%	(30.656)	2,30%	-35,3%	33,2%
EBITDA (3)	351.456		927.284		967.608		-62,1%	-0,0%
Margem EBITDA	6,79%		20,24%		25,14%		-13,45 p.p	-4,06 p.p
Margem EBITDA ex-Receita da Construção	7,96%		22,77%		28,42%		-14,81 p.p	-4,71 p.p
Resultado do Serviço	129.361		713.584		748.261		-81,9%	0,7%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(164.028)</b>	<b>100,00%</b>	<b>(415.802)</b>	<b>100,00%</b>	<b>29.892</b>	<b>100,00%</b>	<b>-60,6%</b>	<b>&lt; -100,0%</b>
Receita Financeira	370.055	100,00%	127.035	100,00%	361.070	100,00%	> 100,0%	< -100,0%
Renda de Aplicação Financeira	14.228	3,84%	29.556	23,27%	14.252	3,95%	-51,9%	> 100,0%
Receita Ativo Indenizável	171.541	46,36%	-	0,00%	183.165	50,73%	-	< -100,0%
Multas e Acréscimos Moratórios	77.205	20,86%	55.166	43,43%	51.939	14,38%	40,0%	6,2%
Valores a Receber de Parcela A e outros itens financeiros	63.087	17,05%	-	-	-	0,00%	-	-
Outras Receitas Financeiras	43.994	11,89%	42.313	33,31%	111.714	30,94%	4,0%	-62,1%
Despesas financeiras	(534.083)	100,00%	(542.837)	100,00%	(331.178)	100,00%	-16,3%	15,3%
Encargos de Dívidas	(233.973)	43,81%	(140.694)	25,92%	(110.191)	33,27%	66,3%	27,7%
Atualização Financeira de provisão para contingências	(115.169)	21,56%	(81.065)	14,93%	(59.603)	18,00%	42,1%	36,0%
Encargo de Fundo de Pensão	(42.920)	8,04%	(46.522)	8,57%	(45.200)	13,65%	-7,7%	2,9%
Multas	-	0,00%	-	0,00%	(7.257)	2,19%	-	-20,8%
Variações Monetárias	(60.305)	11,29%	(35.594)	6,56%	(36.101)	10,90%	69,4%	-1,0%
Despesa do Ativo Indenizável	-	0,00%	(201.083)	37,04%	-	-	-100,0%	-
IOF	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Financeiras	(81.716)	15,30%	(37.879)	6,98%	(29.589)	8,93%	> 100,0%	35,8%
Lucro Antes dos Tributos e Participações	(34.667)		297.782		778.153		< -100,0%	-61,7%
Tributos (IR e CSLL)	(567)		(102.952)		(263.094)		-99,4%	-60,9%
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>(35.234)</b>		<b>194.830</b>		<b>515.059</b>		<b>&lt; -100,0%</b>	<b>-62,2%</b>

Resultados 2015 x 2014



A Ampla Energia encerrou o ano de 2015 com um total de 2.976.003 consumidores, o que representa um crescimento de 3,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento representa um acréscimo de 86.260 novos consumidores à base comercial da Companhia. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial, com mais 44.690 novos consumidores.

Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla Energia, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia. Esses investimentos totalizaram o montante de R\$ 194 milhões nos últimos 12 meses.

Em termos de consumidores efetivos, a Companhia encerrou o ano de 2015 com 2.606.513 consumidores, um incremento de 1,8% em relação ao ano de 2014. Os consumidores efetivos representam o total dos consumidores excluindo-se as unidades de consumo próprio e os consumidores ativos sem fornecimento.

A Companhia fechou 2015 com 54 clientes livres, um acréscimo de 1 novo cliente, que representa um incremento de 1,9% em relação ao número registrado no fechamento de 2014.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla Energia em 2015, foi de 11.723 GWh, o que representa uma redução de 0,7% (-80 GWh) em relação a 2014, cujo volume foi de 11.803 GWh.

Esta variação é o efeito combinado de uma retração de 0,6% no mercado cativo da Companhia (-56 GWh) em 2015, em relação ao ano de 2014, impulsionada, ainda, por (i) a redução da venda de energia per capita no mercado cativo, de 2,3%, (ii) uma redução no volume de energia transportada para os clientes livres, cujo montante no em 2015 foi de 1.584 GWh, 0,3% inferior ao registrado em 2014, de 1.589 GWh (-5 GWh). A energia (transportada) para os clientes livre gera uma receita para a Ampla Energia através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

- Fornecimento de Energia Elétrica para o mercado cativo (incremento de R\$ 1,6 bilhões): Este incremento está associado aos seguintes efeitos (i) Efeito do Reajuste Tarifário de 2015, aplicado a partir de 15 de março de 2015, que incrementou as tarifas dos consumidores da Ampla em 37,34% em média, parcialmente compensado pela (ii) Redução de 0,6% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (9.711 GWh no 2015 versus 9.767 GWh no 2014).
- Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros (evolução de R\$ 470 milhões): Esta variação é decorrente, principalmente, (i) do término da vigência do Decreto 8.221/14, que previa a cobertura dos custos com compra de energia (exposição involuntária, risco hidrológico e despacho de térmicas) pela ou Conta-ACR, em conjunto, com a (ii) entrada em vigor do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que durante todo o ano de 2015.

Excluindo-se o efeito da receita operacional - IFRIC 12, a receita operacional bruta da Companhia, em 2015, alcançou o montante de R\$ 7,8 bilhões, o que representa um incremento de 38,2% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 5,6 bilhões (R\$ 2,1 bilhões).

As deduções da receita em 2015 apresentaram incremento de R\$ 1,8 bilhões em relação ao ano anterior. Este aumento é o efeito das seguintes variações:

- Os Tributos (incremento de R\$ 998 milhões): Esta variação deve-se, principalmente, ao incremento da base de cálculo para apuração destes tributos, em função do aumento na receita bruta da Companhia os períodos analisados; no caso do PIS/COFINS, além do incremento da receita bruta da Companhia, ocorreram dois outros efeitos que impulsionam a variação acima mencionada: (i) houve o reconhecimento no resultado societário (IFRS) dos valores a receber da parcela A e outros itens financeiros, a partir de dezembro de 2015, por força de aditivo ao contrato de concessão, os quais passaram entrar na base de cálculo destes tributos, e (ii) a publicação da Lei 12.973/14, que a partir de 2015 alterou o regime de tributação, de caixa para competência.



- Encargos Setoriais, especialmente o CDE (aumento de R\$ 809 milhões): O incremento se deve à elevação substancial da cota para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, em função do término dos aportes do Tesouro Nacional para o fundo e a necessidade de cobertura deste déficit.

Os custos e despesas operacionais em 2015 alcançaram -R\$ 5,0 bilhões, um incremento de R\$ 1,1 bilhões em relação ao ano de 2014. Este incremento é o efeito das seguintes variações:

- Energia Elétrica comprada para Revenda (aumento de R\$ 586 milhões):
  - (i) Reajuste de preço dos contratos de compra de energia vigentes ocorridos entre os períodos (principalmente pelo índice de inflação IPCA, indicador que reajusta os CCEARs);
  - (ii) Maior tarifa média (mix) de compra de energia, devido à entrada de novos contratos (especialmente de térmicas), que possuem uma tarifa mais elevada, já incluindo aqueles que oriundos do leilão A-1 de 2014, vigentes a partir de janeiro de 2015, e leilão de ajuste, vigentes a partir de fevereiro de 2015;
  - (iii) Contabilização/reconhecimento das medidas do Governo Federal de auxílio às distribuidoras de energia em 2014, mediante os Decretos 8.203/14 e 8.221/14,
- Encargos de Uso/de Serviço do Sistema (incremento de R\$ 138 milhões): Este incremento se deve, principalmente, à redução do preço teto do PLD, o que ocasionou uma maior quantidade de térmicas sendo despachadas fora da ordem de mérito, refletindo em uma maior incidência do ESS, e em razão, de no ano de 2014 terem sido efetuados repasses pela CDE (ou Conta-ACR) para cobrir os custos com ESS.
- Material e Serviços de Terceiros (incremento de R\$ 135 milhões): O incremento se deve a maiores operações em campo (principalmente serviços de cobrança para combate à inadimplência e serviço de manutenção da rede de distribuição) e aos reajustes contratuais entre os períodos comparados.
- Provisões para créditos de liquidação duvidosa (incremento de R\$ 76 milhões): Este incremento se deve ao aumento da inadimplência entre os trimestres comparados em função dos seguintes efeitos:
  - (i) Efeito do Reajuste Tarifário de 2015, aplicado a partir de 15 de março de 2015, que incrementou as tarifas dos consumidores da Ampla em 37,34% em média;
  - (ii) Entrada em vigor do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que durante todo o 2015 manteve a bandeira vermelha, devido ao custo marginal de operação (CMO), incluindo aquelas em função de segurança energética, ter sido superior a R\$ 388,48 MWh;
  - (iii) Descadastramento de aproximadamente 51,9% (em média) dos consumidores Baixa Renda de janeiro de 2015 até dezembro de 2015, reflexo do não atendimento à certas exigências por parte destes consumidores e seu consequente desenquadramento (em termos contábeis, isso significa que houve uma “reclassificação” da rubrica Subsídio Baixa Renda para Fornecimento de Energia Elétrica);
  - (v) Impacto da desaceleração da economia, inflação elevada, desemprego e salários reais em queda sobre a capacidade de pagamento dos clientes.

Excluindo-se o efeito do custo operacional - IFRIC 12, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, em 2015, alcançaram o montante de -R\$ 1,1 bilhões, o que representa um incremento de 22,0% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de -R\$ 921 milhões (-R\$ 203 milhões).

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Ampla Energia atingiu o montante de R\$ 351 milhões no ano de 2015, o que representa redução em relação ao ano de 2014, cujo montante foi de R\$ 927 milhões. A margem EBITDA da Companhia em 2015 foi de 7,96%, o que representa uma redução de 14,81 p.p. em relação a 2014, de 22,77%.

De acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, a divulgação do cálculo do EBITDA e do EBIT deve ser acompanhada da conciliação dos valores que os compõem, constantes das demonstrações contábeis da companhia. De acordo com o artigo 10 da referida instrução, a mesma produz efeito nas divulgações a partir de 1º de janeiro de 2013.

#### Resultados 2014 x 2013



A Ampla Energia encerrou o ano de 2014 com um total de 2.889.740 consumidores, o que representa um crescimento de 2,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento representa um acréscimo de 77.246 novos consumidores à base comercial da Companhia. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial, com mais 71.747 novos consumidores.

Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla Energia, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia. Esses investimentos totalizaram o montante de R\$ 154 milhões nos últimos 12 meses.

Em termos de consumidores efetivos, a Companhia encerrou o ano de 2014 com 2.561.514 consumidores, um incremento de 3,0% em relação ao ano de 2013. Os consumidores efetivos representam o total dos consumidores excluindo-se as unidades de consumo próprio e os consumidores ativos sem fornecimento.

A Companhia fechou 2014 com 50 clientes livres, um acréscimo de 2 novos clientes, que representa um incremento de 4,2% em relação ao número registrado no fechamento de 2013.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla Energia em 2014, foi de 3.025 GWh, o que representa um incremento de 5,7% (+162 GWh) em relação a 2013, cujo volume foi de 2.863 GWh.

Esta variação é o efeito combinado de (i) uma evolução de 6,3% no mercado cativo da Companhia (+148 GWh) em 2014, em relação ao ano de 2013 (2.494 GWh\* versus 2.346 GWh\*), impulsionada, ainda, por (ii) um maior volume de energia transportada para os clientes livres, cujo montante no em 2014 foi de 418 GWh, 2,7% superior ao registrado em 2013, de 407 GWh (+11 GWh). A energia (transportada) para os clientes livre gera uma receita para a Ampla Energia através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

O mercado cativo da Companhia apresentou crescimento de 6,3% quando comparado ao ano anterior. O principal fator que ocasionou o aumento do consumo no mercado cativo foi (i) o crescimento vegetativo do mercado cativo, de 3,0%, impulsionado, pelo (ii) incremento na venda de energia per capita no mercado cativo, de 3,3%. A receita operacional bruta da Ampla Energia alcançou, R\$ 6.139 milhões, um acréscimo de 17,3 % em relação a 2013 de R\$ 5.234 milhões. Esse acréscimo é, basicamente, o efeito combinado dos seguintes fatores:

- Fornecimento de Energia Elétrica (incremento de R\$ 390 milhões): Esta incremento está associado à (i) revisão tarifária de 2014, que incrementou as tarifas em 2,64% em média, a partir de 15 de abril de 2014, em conjunto com (ii) o aumento de 6,3% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (9.767 GWh no 2014 versus 9.192 GWh no 2013).
- Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros (evolução de R\$ 416 milhões): Este incremento está associado a assinatura do aditivo ao contrato de concessão, essa alteração permitiu a Coelce contabilizar nos seus resultados e balanços societários (IFRS), e no regime de competência, os ativos e passivos setoriais constituídos. A alteração do Contrato se deu conforme o Despacho ANEEL 4.621, de 25 de novembro de 2014.

Excluindo-se o efeito da receita operacional - IFRIC 12, a receita operacional bruta da Companhia, em 2014, alcançou o montante de R\$ 5.632 milhões, o que representa um incremento de 17,5% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 4.791 milhões (R\$ 841 milhões).

As deduções da receita apresentaram incremento de 11,9 % em relação ao mesmo período no ano anterior, alcançando -R\$ 165 milhões. Este aumento é o efeito das seguintes variações:

- Os Tributos (incremento de R\$ 136 milhões): ICMS - Esta variação, se deve, principalmente ao incremento da base de cálculo para apuração deste tributos (atrelada à receita da Companhia), em função dos efeitos anteriormente expostos, na seção Receita Operacional Bruta. PIS/COFINS – Neste caso, houve redução da base de cálculo, pois a mesma é líquida dos custos de compra de energia. Ademais, houve aproveitamento de crédito de PIS/COFINS, em função da decisão judicial definitiva na ação ordinária que defendeu a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º da Lei nº 9.718/98 ao majorar a base de cálculo do PIS e COFINS.



- Encargos Setoriais, especialmente RGR, CCC e CDE (aumento de R\$ 29 milhões): O incremento acima mencionado se deve basicamente, ao novo valor homologado pela Resolução Nº 1.703/2014 da Aneel (em conjunto com o resultado da revisão tarifária da Ampla), para o encargo setorial CDE. Destaca-se, ainda, o lançamento de R\$ 11,2 milhões na conta da RGR em 2013. Este valor refere-se à reversão do saldo provisionado (passivo) até dezembro de 2012, em função da extinção do referido encargo pela Lei 12.783/13.

O EBITDA da Ampla Energia no ano de 2014, atingiu o montante de R\$ 967 milhões, o que representa estabilidade em relação ao ano de 2013, cujo montante foi de R\$ 968 milhões. A margem EBITDA da Companhia em 2014 foi de 21,08%, o que representa uma redução de 4,06 p.p. em relação a 2013, de 25,14%. Excluindo o efeito da receita de construção, a margem EBITDA da Companhia em 2014 foi de 23,71%, o que representa uma redução de 4,71 p.p. em relação a 2013, de 28,42%.

De acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, a divulgação do cálculo do EBITDA e do EBIT deve ser acompanhada da conciliação dos valores que os compõem, constantes das demonstrações contábeis da companhia. De acordo com o artigo 10 da referida instrução, a mesma produz efeito nas divulgações a partir de 1º de janeiro de 2013.

#### Resultados 2013 x 2012

A Ampla Energia encerrou o ano de 2013 com 2.812.446 unidades consumidoras (“consumidores”), 3,7% superior ao número de consumidores registrado ao final de 2012. Esse crescimento representa um acréscimo de 100.087 novos consumidores à base comercial da Companhia. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente), com mais 83.966 novos consumidores.

Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla Energia, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia. Esses investimentos totalizaram o montante de R\$ 141 milhões nos últimos 12 meses.

Em termos de consumidores efetivos, a Companhia encerrou o ano de 2013 com 2.487.271 consumidores, um incremento de 3,7% em relação ao ano de 2012. Os consumidores efetivos representam o total dos consumidores excluindo-se as unidades de consumo próprio e os consumidores ativos sem fornecimento.

A Companhia fechou 2013 com 48 clientes livres, um acréscimo de 7 novos clientes, que representa um incremento de 17,1% em relação ao número registrado no fechamento de 2012.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla Energia no ano de 2013 foi de 10.790 GWh, o que representa um incremento de 3,0% (+318 GWh) em relação ao ano de 2012, cujo volume foi de 10.472 GWh. Esta variação é o efeito combinado de (i) um incremento observado no mercado cativo da Companhia de 2,5% (+224 GWh) em 2013 em relação a 2012 (9.192 GWh versus 8.968 GWh), impulsionado, ainda, por (ii) um maior volume de energia transportado para os clientes livres, cujo montante, em 2013, foi de 1.598 GWh, 6,3% superior ao registrado em 2012 (+94 GWh). Essa energia (transportada) gera uma receita para a Ampla Energia através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

Esta variação é o efeito combinado de (i) um incremento observado no mercado cativo da Companhia de 4,4% (+377 GWh) em 2012 em relação a 2011 (8.968 GWh versus 8.591 GWh), impulsionado, ainda, por (ii) um maior volume de energia transportado para os clientes livres, cujo montante, em 2012, foi de 1.504 GWh, 9,5% superior ao registrado em 2011 (+131 GWh). Essa energia (transportada) gera uma receita para a Ampla Energia através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

O mercado cativo da Companhia apresentou uma evolução de 2,5% no ano de 2013 quando comparado ao ano de 2012. Somente a classe industrial apresentou retração de consumo, em função da migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre.

A receita operacional bruta da Ampla Energia alcançou, em 2013, R\$ 5.235 milhões, uma redução de 4,2% em relação ao ano de 2012, de R\$ 5.465 milhões (-R\$ 230 milhões). Esse incremento é o efeito líquido dos seguintes fatores:



- **Fornecimento de Energia Elétrica (redução de 5,9%; R\$ 275 milhões):** Esta redução está associada à (i) Revisão Tarifária Extraordinária (RTE), aplicada a partir de 24 de janeiro de 2013, em função da Lei 12.783/13, que reduziu as tarifas da Ampla Energia e demais distribuidoras brasileiras em 20% em média. Este efeito foi parcialmente compensado pelo (ii) Reajuste Tarifário Anual de 2013, que incrementou as tarifas em 12,13% em média, a partir de 15 de abril de 2013 e pelo (iii) aumento de 2,5% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (9.192 GWh no 2013 versus 8.968 GWh no 2012). Destaca-se, ainda, o recebimento de subvenção da CDE em função da extinção da compensação de subsídio existentes nas tarifas de determinadas classes de consumidores, ocasionada pela Lei 12.783/13. O valor contabilizado, referente ao recebimento desta subvenção, foi de R\$ 26 milhões no 4T13. No ano de 2013, as compensações contabilizadas nesta rubrica alcançaram o montante de R\$ 94 milhões.
- **Receita pela disponibilidade da rede elétrica ((redução de 27,6%; -R\$ 69 milhões):** A redução verificada deve-se, principalmente, à (i) Revisão Tarifária Extraordinária (RTE), aplicada a partir de 24 de janeiro de 2013, em função da Lei 12.783/13, que reduziu a TUSD dos consumidores livres da Ampla.
- Excluindo-se o efeito da receita operacional - IFRIC 12, a receita operacional bruta da Companhia, em 2013, alcançou o montante de R\$ 4.791 milhões, o que representa uma redução de 5,3% em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 5.062 milhões (-R\$ 271 milhões).

\*A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero (*contabilizando-se o mesmo valor na receita e na despesa*), considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

As deduções da receita apresentaram redução de 21,9% em relação ao ano anterior, alcançando -R\$ 1.386 milhões em 2013, contra -R\$ 1.774 milhões no ano de 2012 (-R\$ 389 milhões). Esse incremento é o efeito das seguintes variações:

- **ICMS, PIS e COFINS (redução de 9,7%; R\$ 143 milhões):** Esta variação deve-se, principalmente ao crédito de PIS/COFINS sobre receita financeira em ação judicial com trânsito em julgado que reconheceu a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º, da Lei nº 9.718/98, ao majorar a respectiva base de cálculo. Além disso, reflete a redução da base de cálculo para apuração destes tributos (atrelada à receita da Companhia), em função, basicamente, da redução das tarifas pela RTE oriunda da Lei 12.783/13, a partir de 24 de janeiro de 2013. O percentual destes tributos sobre a base de cálculo continua em linha com o ano de 2012.
- **Encargos Setoriais, especialmente RGR, CCC e CDE (redução 81,2%; de R\$ 246 milhões):** A redução acima mencionada se deve, principalmente, a extinção dos encargos Reserva Global de Reversão – RGR, Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC e a redução de 75% no encargo Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, em função da Lei 12.783/13. Destaca-se, ainda, o lançamento de R\$ 11,2 milhões na conta da RGR em 2013. Este valor refere-se à reversão do saldo provisionado (passivo) até dezembro de 2012, em função da extinção do referido encargo pela mesma referida Lei.

Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Ampla Energia no ano de 2013, atingiu o montante de R\$ 968 milhões, o que representa um incremento de 9,6% em relação ao ano de 2012, cujo montante foi de R\$ 883 milhões (+R\$ 85 milhões). A margem EBITDA da Companhia em 2013 foi de 25,14%, o que representa uma evolução de 1,22 p.p. em relação a 2012, de 23,92%.

O resultado financeiro da Ampla Energia, no ano de 2013, ficou em R\$ 30 milhões, uma redução de 48,9% em relação ao ano anterior, de R\$ 58 milhões (-R\$ 28 milhões). Esta redução é o efeito líquido das seguintes variações:

- **Receita do Ativo Indenizável (redução de 40,4%; R\$ 124 milhões):** A redução observada se deve, basicamente, ao registro contábil de um maior ativo e receita financeira, tendo em vista a mudança de metodologia de avaliação do ativo indenizável, pela Medida Provisória nº 579, citada anteriormente. A nova metodologia passou a ter como base o Valor Novo de Reposição – VNR. Além desse efeito, teve-se um incremento significativo das ativações no período,



por conta da revisão tarifária de 2014 e atualização da base pelo IGPM, o que também gera um incremento da base de ativo indenizável.

- *Outras Receitas Financeiras ( incremento de R\$ 101 milhões):* O incremento deve-se, principalmente, a atualização financeira no valor de R\$ 77 milhões sobre o crédito de PIS/ COFINS reconhecido em decisão judicial definitiva na ação ordinária que defendeu a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º da Lei nº 9.718/98 ao majorar a base de cálculo do PIS e COFINS.

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Ampla Energia registrou em 2013 um lucro líquido de R\$ 515 milhões, valor 4,4% superior ao registrado no ano de 2012, que foi de R\$ 493 milhões (+R\$ 22 milhões). Desta forma, a Margem Líquida em 2013 alcançou 13,38%.

A dívida financeira bruta da Ampla Energia encerrou o ano de 2013 em R\$ 1.526 milhões, um incremento de 12,5% em relação ao ano de 2012, que foi de R\$ 1.356 milhões (+R\$ 170 milhões). Este incremento deve-se, basicamente, à: (i) captação de R\$ 130 milhões com o Banco do Brasil para reforçar o Capital de Giro, (ii) captações de dívidas com o BNDES no valor de R\$ 355 milhões, (iii) resgate antecipado total referente à 2ª série da 5ª emissão de debêntures no valor de R\$ 167 milhões, e (iv) amortização e liquidações de dívidas bancárias no montante de R\$ 186 milhões. A Ampla Energia encerrou o 2013 com o custo médio da dívida em 10,77% a.a., ou CDI + 2,62% a.a.

Em setembro de 2013, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Standard & Poor's procedeu com o upgrade do *rating* corporativo da Companhia de brAA- para brAA (escala nacional) e de BB para BB+ (escala internacional) ambas com perspectiva estável, refletindo a melhora do perfil de risco financeiro da Companhia, bem como uma política financeira prudente e uma flexibilidade financeira adequada.

Os investimentos realizados pela Ampla Energia em 2013 alcançaram R\$ 462 milhões, um acréscimo de 0,5% (+R\$ 2 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 460 milhões. O maior volume, em 2013, foi direcionado aos investimentos em novas conexões, que representou R\$ 141 milhões de todo o valor investido no período mencionado. Excluindo os aportes e subsídios realizados, os investimentos líquidos realizados pela Ampla Energia atingiram R\$ 458 milhões em 2013, montante 3,9% superior ao realizado em 2012 (de R\$ 440 milhões).

## 10.2 Comentário dos Diretores

a) resultados das operações do emissor, em especial:

*i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

*ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*

A receita da Companhia é composta essencialmente pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão, somando R\$ 8.542 milhões em 2015. A tarifa cobrada dos consumidores é definida anualmente pela ANEEL, sendo que quaisquer modificações nas regras vigentes para o setor ou na metodologia de cálculo das tarifas podem afetar a receita da Ampla. Além disto, o volume de energia faturado da base de clientes da Companhia reflete as mudanças na economia do Estado do Rio de Janeiro (área de concessão da Ampla Energia). O consumo e a demanda de energia elétrica na área de concessão e as tarifas de energia elétrica são fatores fundamentais que influenciam os resultados, e eles são diretamente dependentes do desempenho da economia da região. O consumo de energia apresenta forte correlação com a atividade econômica, produção industrial, nível de renda e disponibilidade de crédito e condições climáticas (principalmente no caso de temperaturas elevadas). Os mecanismos de reajustes e revisões das tarifas consideram variáveis macroeconômicas, principalmente a inflação, medida pelos índices IGP-M e IPCA. Estes indicadores, entre outros, também reajustam boa parte dos contratos de prestação de serviços da Companhia. Além destes indicadores, a evolução das taxas de juros impacta o resultado financeiro.

Os resultados das operações da Companhia são significativamente afetados por inúmeros fatores, inclusive: alteração nos custos da Companhia, incluindo o preço de energia; alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL; disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado; condições econômicas no Brasil em geral e na área de concessão da Companhia, além de mudanças na regulação e legislação do setor elétrico; resultados das disputas judiciais e contingências.



## **b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

As receitas da Companhia podem ser impactadas por oscilações no consumo e demanda de energia elétrica, e pelas tarifas de energia, reajustadas segundo os mecanismos previstos no Contrato de Concessão da Ampla Energia e regulados pela Aneel. Tais mecanismos prevêem revisões tarifárias a cada cinco anos, em que as tarifas são calculadas visando o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, cobertura de seus custos e retorno sobre investimentos. Entre as revisões tarifárias, ocorrem reajustes tarifários anuais, que visam a repassar para as tarifas as variações nos custos não gerenciáveis da concessionária, e garantir o repasse da inflação.

Ainda, as receitas da Companhia podem ser impactadas por variações no mix de vendas em função do crescimento diferenciado entre as classes de consumo (residencial, comercial, industrial, rural e outras), que apresentam tarifas diferenciadas.

Em 09 de dezembro de 1996 foi firmado o Contrato de Concessão nº 005/1996 entre a União, por intermédio do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE, e a Ampla Energia e Serviços S/A. Esse contrato tem por objeto a regulação da exploração, pela concessionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica da concessão de que esta é titular. O mencionado contrato estabelece, na Segunda Subcláusula da Cláusula Sétima, a periodicidade anual do reajuste de tarifas de energia elétrica da concessionária, mediante aplicação de fórmula específica, conforme a Quarta Subcláusula da Cláusula Sétima.

### **Decreto 8.203/14 e Decreto 8.221/14**

Em 07 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14 que alterou o Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2014, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo decorrentes da compra frustrada no leilão de dezembro de 2013, estendendo a cobertura do repasse dos recursos da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético para a competência de janeiro de 2014.

Em 2 de abril de 2014 foi publicado o Decreto 8.221/2014, instituindo a criação da, denominada, “CONTA-ACR”, e normatizando o que se previa em normas anteriores que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) procedesse à contratação de empréstimos junto a bancos, para obter os fundos necessários para viabilizar os pagamento às empresas distribuidoras, do incremento de custos de energia aos quais as mesmas estiveram expostas devido aos fatores anteriormente mencionados. Subsequentemente, em 16/4/2014 a ANEEL emitiu a Resolução 612 e em 22/4/2014 a mesma emitiu o Despacho 1.256, detalhando o funcionamento da CONTA-ACR, e homologando os valores a serem repassados pela CCEE às empresas distribuidoras, relativamente à competência de fevereiro/2014.

### **Bandeiras Tarifárias**

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

*Bandeira verde:* condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

*Bandeira amarela:* condições de geração menos favoráveis.

Até 28/02/2015 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos,

A partir de 01/03/2015 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

*Bandeira vermelha:* condições mais custosas de geração.

Até 28/02/2015 - A tarifa sobre acréscimo de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos,

De 01/03 até 31/08/2015 - A tarifa sobre acréscimo de R\$ 5,50 para cada 100 kWh consumidos e

A partir de 01/09/2015 - A tarifa sobre acréscimo de R\$ 4,50 para cada 100 kWh consumidos.

### **Reajuste Tarifário**



De acordo com seu contrato de concessão, a Companhia teve o reajuste tarifário em 15 de março de 2015. O reajuste tarifário médio foi de 42,19%, conforme homologado na Resolução Homologatória nº 1.861, de 10 de março de 2015, a qual foi revisado em 07 de abril de 2015, devido a prorrogação do prazo para amortização do financiamento da conta ACR. Com essa nova homologação, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.869/2015, as novas tarifas têm um efeito médio para os consumidores cativos de 37,34%, e têm a seguinte composição: (i) reposicionamento tarifário de 37,46%; (ii) adição de componentes financeiros para o período 2015-2016 de 5,68%; e (iii) subtração de componentes financeiros do período 2014-2015, correspondentes a 5,8%.

Quanto ao reposicionamento tarifário econômico, o efeito foi de 37,46%, nos quais 37,00% se referem a incrementos na Parcela A, decorrentes do aumento dos encargos setoriais em 25,29% e dos custos de compra e transporte de energia em 11,70%. Os demais 0,47% se referem à correção da Parcela B.

### **Redução do Preço-Teto do PLD**

Em 25 de novembro, a ANEEL aprovou novos limites do PLD de 2015 (redução do limite máximo de R\$/MWh 823 para 388 R\$/MWh como limite máximo e incremento do limite mínimo de 16 R\$/MWh para 30 R\$/MWh). A decisão foi o resultado de um amplo debate, que teve início com a Consulta Pública n. 09/2014 e, posteriormente, a Audiência Pública n. 54/2014. Os novos preços passaram a vigorar a partir da 1ª semana de janeiro de 2015.

### **Assinatura do Aditivo ao Contrato de Concessão**

Os ativos e passivos regulatórios foram reconhecidos conforme o Comunicado Técnico CTG 08 de 05 de dezembro de 2014 que dispõe sobre o reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios. O referido evento demanda o reconhecimento do saldo de quaisquer diferenças de Parcela A e outros componentes financeiros ainda não recuperados ou liquidados. O reconhecimento desses ativos e passivos devem ser para as empresas que realizaram o aditivo no contrato de concessão onde prevê que esta remuneração será garantida no fim concessão. O termo aditivo ao contrato de concessão, processo nº 48500.005603/2014-05, foi publicado no Diário Oficial da União no dia 22 de dezembro de 2014.

### **c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Além dos itens referentes aos volumes e mix de consumo e demanda de energia elétrica, e dos efeitos das variações das tarifas elencados no item 10.2. b, o resultado operacional da Ampla Energia é influenciado pelo impacto da inflação e variação de preços de commodities sobre os custos e despesas operacionais da Companhia, notadamente com os custos de pessoal e com contratos de prestação de serviços e aquisição de materiais. A inflação afeta os negócios, essencialmente, pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de dívidas a serem corrigidos pela inflação.

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada, as oscilações nas tarifas cobradas dos consumidores e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL, sendo que as variações são reconhecidas nas tarifas cobradas dos consumidores. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida significativa denominada em moeda estrangeira.

### **10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a) introdução ou alienação de segmento operacional**

**b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

**c) eventos ou operações não usuais**

Não aplicável



#### 10.4. Comentários dos Diretores sobre:

##### a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

#### Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2015

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2015. Dada à natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações na IAS 19 - Plano de Benefícios Definidos: Contribuições por Parte do Empregado  
O propósito destas alterações é simplificar o tratamento contábil para as contribuições por empregados ou terceiros que não são determinados com base no ano de serviço, tais como contribuições de funcionários calculados de acordo com uma percentagem fixa do salário.

- Melhorias Anuais – (Ciclo 2010-2012 e 2011-2013)  
Conjunto de melhorias necessárias, porém não urgentes, e que alteraram as seguintes normas: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24, IAS 38 and IAS 40.

#### Pronunciamentos novos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

- IFRS 9: Instrumentos Financeiros - Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.  
Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e que completa o projeto do IASB para substituir o IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. Esse projeto foi dividido em 3 fases:

Fase 1 – Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros.

Este introduz um enfoque lógico para a classificação dos ativos financeiros de acordo com as características de fluxo de caixa e do modelo de negócios. Esse novo modelo também resulta em um único modelo de impairment sendo aplicado para toda a demonstração financeira.

Fase 2 – Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”).

O objetivo deste é o reconhecimento das esperadas perdas de valor de forma tempestiva. A norma requer que as entidades registrem contabilmente as perdas esperadas a partir do momento em que os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Fase 3 – Contabilidade de Hedge.

Este estabelece um novo modelo visando refletir um melhor alinhamento entre a contabilidade de hedge e as atividades de gerenciamento de riscos. Inclui também aprimoramentos nas divulgações requeridas.

Essa versão final do IFRS 9 substitui a versão anterior da norma.

- Alterações no IFRS 11: Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias - Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.

As alterações à IFRS 11 define que as normas contábeis contidas no IFRS 3 e outras normas pertinentes a contabilização de combinações de negócios devem ser aplicadas para a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio.

- IFRS 15: Receita de contratos com clientes - Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.

Esta nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes exceto leases, instrumentos financeiros e contratos de seguro. O objetivo é tornar a informação financeira mais comparável e prover um novo modelo para o reconhecimento de receitas e requerimentos mais detalhados para contratos com múltiplas obrigações. Também requer uma informação mais detalhada. Essa norma substitui as normas IAS 11 e IAS 18 assim como suas interpretações (IFRIC 13, IFRIC 15, IFRIC 18 e SIC 31).



- Alterações à IAS 16 e à IAS 38 – Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização - Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.

As alterações ao IAS 16 proíbe o uso do método baseado na receita de depreciação para imobilizado. A alteração ao IAS 38 introduz a presunção refutável de que, para os ativos intangíveis, o método de amortização baseado nas receitas é inadequado e estabelece duas exceções limitadas.

- Melhorias Anuais - Ciclo 2012-2014 - Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.

Conjunto de melhorias necessárias, porém não urgentes, e que alteraram as seguintes normas: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34.

- Alterações na IFRS 10 e na IAS 28: Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e uma Associada ou Empreendimento Controlado em Conjunto - Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.

A alteração corrige a inconsistência entre o IFRS 10 e o IAS 28, referente ao tratamento contábil da venda ou contribuições de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento conjunto.

- Alterações na IAS 1 - Iniciativa de Divulgação - Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.

O IASB emitiu alterações ao IAS 1, como parte da iniciativa principal de esclarecer a apresentação e divulgação das informações nas demonstrações financeiras. Essas alterações destinam-se as companhias que aplicam julgamento profissional para determinar que tipo informação devem ser divulgada nas demonstrações financeiras.

## 2014

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, visto que a Companhia já adotou as normas internacionais de contabilidade (IFRS). As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data de transação a data das demonstrações financeiras são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.



O Pronunciamento Técnico CPC 22 - Informações por segmento (“CPC 22”), requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões (“*chief operating decision maker*”), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances.

A Administração efetuou a análise e concluiu que a Companhia opera com um único segmento - distribuição de energia - não sendo aplicável à divulgação específica de uma nota explicativa de “informações por segmento”.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa (“CPC 03”), bem como as demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado (“CPC 09”).

### **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2014**

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2014. Dada a natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

*Entidades de investimentos (alterações ao CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 35 (R2))* - Essas alterações contemplam uma exceção à exigência de consolidação para que entidades atendam à definição de uma entidade de investimento de acordo com o CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e devem ser aplicadas retrospectivamente, podendo usufruir de certa desobrigação no período de transição. A exceção à consolidação exige que entidades de investimento contabilizem as operações das controladas a valor justo por meio do resultado. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia, visto que esta não se qualifica para ser uma entidade de investimento, de acordo com o CPC 36 (R3).

*Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros – alterações ao CPC 39* - Essas alterações esclarecem o significado de “atualmente goza de direito legalmente exequível de compensação” e dos critérios para mecanismos de liquidação não simultânea de câmaras de compensação, sendo aplicadas retrospectivamente. Essas alterações não têm impacto material sobre a Companhia.

*Renovação de derivativos e continuação da contabilização de hedge – alterações ao CPC 38* - Essas alterações contemplam a desobrigação de contabilizar hedges descontinuados quando a novação de um derivativo designado como instrumento de hedge atender a determinados critérios e a aplicação retrospectiva for exigida. Essas alterações não causam impacto sobre a Companhia.

*ICPC 19 / IFRIC 21 – Tributos* - A ICPC 19 esclarece que uma entidade reconhece os tributos de um passivo quando ocorre a atividade que dá origem ao pagamento, conforme previsto na legislação pertinente. No caso de um tributo originado ao se atingir um limite mínimo, a interpretação esclarece que nenhum passivo deve ser previsto antes de se atingir o limite mínimo especificado. A aplicação retrospectiva é exigida pela IFRIC 21 e não tem impacto sobre a Companhia, visto que esta aplicou os princípios de reconhecimento de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, alinhados com as exigências da IFRIC 21 em exercícios anteriores.

### **Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2014**

O International Accounting Standards Board - IASB emitiu e revisou as seguintes normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substituiu a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por



redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia.

- IFRS 14 – Contas Regulatórias Diferidas

A IFRS 14 é uma norma opcional que permite a uma entidade cujas atividades estão sujeitas a regulação de tarifas continuar aplicando a maior parte de suas políticas contábeis para saldos de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS. As entidades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e apresentar movimentações nesses saldos contábeis como rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes. A norma exige divulgações sobre a natureza e os riscos associados com a regulação de tarifas da entidade e os efeitos dessa regulação sobre as demonstrações financeiras. A IFRS 14 está em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data.

- Alterações na IAS 19 – Planos de Benefícios Definidos

Contribuições por parte do Empregado: A IAS 19 exige que uma entidade considere contribuições por empregados ou terceiros ao contabilizar planos de benefícios definidos. Sempre que as contribuições estiverem ligadas a serviços, devem ser atribuídas a períodos de serviços como um benefício negativo. Essas alterações esclarecem que, se o valor das contribuições for independente da quantidade de anos de serviço, permite-se que uma entidade reconheça essas contribuições como redução no custo de serviço no período em que o serviço é prestado, em vez de alocar as contribuições aos períodos de serviço. Essa alteração está em vigor para períodos anuais que se iniciam em 1º de julho de 2014 ou após essa data.

### 2013

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2013 não houve mudanças significativas nas práticas contábeis, visto que a Companhia já adotou as normas internacionais de contabilidade (IFRS). As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas



taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data de transação a data das demonstrações financeiras são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

O Pronunciamento Técnico CPC 22 - Informações por segmento ("CPC 22"), requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões ("*chief operating decision maker*"), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances.

A Administração efetuou a análise e concluiu que a Companhia opera com um único segmento - distribuição de energia - não sendo aplicável à divulgação específica de uma nota explicativa de "informações por segmento".

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03"), bem como as demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado ("CPC 09").

### **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013**

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2013. Dada a natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

*CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto ("CPC 18")* - A revisão do CPC 18 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS

28 - *Investments in Associates*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. O objetivo desse pronunciamento é prescrever a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e define os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

*CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades ("CPC 45")* - O CPC 45 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 12 - *Disclosure of Interests in Other Entities*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. O objetivo desse pronunciamento é orientar a entidade quanto à forma de divulgação de informações sobre sua participação em outras entidades. Dessa forma, permite-se aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os riscos inerentes a essas participações e seus efeitos sobre sua a posição patrimonial e financeira, o seu desempenho financeiro e seus respectivos fluxos de caixa.

*CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas ("CPC 36")* - A revisão do CPC 36 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 27 - *Consolidated and Separate Financial Statements*, que resultou na edição pelo IASB - *International Accounting Standards Board* do IFRS 10 - *Consolidated Financial Statements*. O objetivo desse pronunciamento é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.

*CPC 46 - Mensuração do Valor Justo ("CPC 46")* - O CPC 46 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 13 - *Fair Value Measurement*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. O objetivo desse pronunciamento é: (i) definir valor justo; (ii) estabelecer em um único pronunciamento uma estrutura para a mensuração do valor justo; e (iii) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo.

*CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados ("CPC 33")* - A revisão do CPC 33 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 19 - *Employee Benefits*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. O objetivo desse pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado. Para maiores detalhes vide Nota 2.18.



## **Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013**

O International Accounting Standards Board - IASB emitiu e revisou as seguintes normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Companhia não espera que o IFRS 9 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

- IFRIC 21 – Tributos

O IFRIC 21 fornece orientações de quando a Companhia deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

- Modificação à IAS 32 – CPC 32 – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

As revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para a compensação (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Companhia não espera que as modificações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

- Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 12 – CPC 36, CPC 45, CPC 32 – Entidades de Investimentos

Fornece uma exceção aos requisitos de consolidação para as Companhias que cumprem com a definição de Companhia de investimento de acordo com IFRS10. Essa exceção requer que as Companhias de investimentos registrem seus investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Companhia não espera que as modificações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

- Modificação à IAS 39 – CPC 38 – Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge

As modificações amenizam a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado com hedge atinge certos critérios (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). A Companhia não espera que as modificações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

### **b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

No exercício de 2015, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as Práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados no preparo dessas Demonstrações Financeiras, em todos os períodos apresentados.

### **c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**



## 2015

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## 2014

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## 2013

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

### **Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras.

### **Estimativas e premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir.

### **Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.



## **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

## **Impostos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto de renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

## **Benefícios pós-emprego**

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas vide Nota 26.

## **10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

**a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**



Como controlada da Enersis, que possui títulos negociados na Bolsa de Valores de Nova York, a Companhia se adequou aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley (SOX), criando uma área de Controles Internos, que tem a função principal de prover razoável segurança sobre a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, monitorando e garantindo a eficácia dos planos de ação para gerenciar os riscos relacionados à atividade.

Enfatizamos que, devido às limitações inerentes aos controles internos, existe a possibilidade que tais controles não previnam ou detectem todas as deficiências.

Tomando por base testes executados pelos auditores durante todo o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não foram identificadas deficiências de controle significativas ou fraquezas materiais nos controles internos da Companhia.

#### **b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Nossos auditores externos, durante a execução de seus trabalhos de auditoria do ano de 2014, identificaram a necessidade de aprimoramento em determinados controles internos e fizeram recomendações à nossa administração com relação às medidas de aprimoramento.

Nenhuma delas causou impacto no relatório de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

#### **10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:**

##### **a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

6º emissão de debêntures

O montante líquido obtido pela Emissora com a Oferta foi utilizado para reforço do capital de giro e refinanciamento de dívidas.

7º emissão de debêntures

O montante líquido obtido pela emissora com a Oferta foi integralmente destinado ao refinanciamento de operações financeiras de curto prazo da Companhia.

8º emissão de debêntures

O montante líquido obtido pela emissora com a Oferta foi integralmente destinado ao refinanciamento de operações financeiras de curto prazo da Companhia.

##### **b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não aplicável.

##### **c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não aplicável.

#### **10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

##### **a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial (off-balance sheet itens):**

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos



ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. contratos de construção não terminada

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável.

**b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não aplicável.

**10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:**

**a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

**b) natureza e o propósito da operação**

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável

**10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a) investimentos:**

Os investimentos em andamento não foram aqui apresentados, pois a Companhia somente os divulga trimestralmente através do item Comentário de Desempenho, integrante das Informações Trimestrais – ITR. Ademais, os investimentos previstos para o exercício de 2016 não estão aqui divulgados por que a Companhia não realiza divulgação de projeções para o mercado.

<b>Investimentos</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Novas Conexões	194.186	154.104	136.926
Rede	452.263	366.750	294.047
Combate às Perdas	223.061	183.421	99.374
Qualidade do Sistema Elétrico	157.712	124.327	129.207
Outros	71.490	59.002	65.466
Medidores	1.658	5.347	2.725
Outros (Non - Network)	36.725	24.428	24.188
Variação de Estoque	119.035	14.714	4.578
<b>Total Investido</b>	<b>803.867</b>	<b>565.343</b>	<b>462.464</b>
Aportes / Subsídios	(23.054)	(40.477)	(5.680)
<b>Investimento Líquido</b>	<b>780.813</b>	<b>524.866</b>	<b>456.784</b>

Novas Conexões



Atendimento a clientes de demanda em pontos distintos das instalações de extensão de novas conexões.

#### Qualidade

Referem-se aos projetos voltados à melhoria da qualidade do fornecimento a clientes, para cumprimento aos padrões estabelecidos pelo órgão regulador mediante regulamentações de qualidade de serviço. Neste caso, fundamentalmente incluem-se os projetos de investimento para melhorar ou aumentar a capacidade das instalações existentes.

#### Perdas

Projetos orientados a redução das perdas técnicas e das perdas comerciais (fraudes, anomalias em medições, etc.). Tratam-se de projetos para aplicação de novas tecnologias nas construções de redes em substituição das redes existentes, cujo efetivo seja melhorar a efetividade do controle de perdas.

#### Outros

Este conceito se aplica a todos os projetos de investimentos comerciais e projetos gerais como as melhorias nas propriedades, aquisição de móveis, equipamentos de escritório, informática e comunicação, outros equipamentos de uso geral e qualquer outro projeto que não se inclua nos itens acima.

#### *ii. fontes de financiamento dos investimentos*

A Companhia entende que os fluxos de caixa provenientes de suas atividades operacionais são suficientes para suas necessidades de recursos. Todavia, a Companhia financia parcialmente seus investimentos em demanda, extensão da rede, qualidade do sistema elétrico e combate às perdas, por meio da utilização de empréstimos bancários (principalmente, BNDES), operações no mercado de capitais e outras formas de financiamento.

#### *iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos*

Não aplicável.

#### **b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não aplicável.

#### **c) novos produtos e serviços:**

##### *i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas*

##### *ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

##### *iii. projetos em desenvolvimento já divulgados*

##### *iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

Não aplicável.

#### **10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## **Anexo II – Destinação do Lucro líquido**



Tendo em vista que a Companhia registrou em 31 de dezembro de 2015 um prejuízo de R\$ 35.233.767,66 (trinta e cinco milhões, duzentos e trinta e três mil, setecentos e sessenta e sete reais e sessenta e seis centavos), não se aplica o preenchimento dos itens 1 a 6 e o item 8.

**1. Informar o lucro líquido do exercício**

2015 (R\$)
-

**2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

	2015 (R\$)
Montante global	-
Dividendo a distribuir	-
Dividendo por Lote de mil ações (Ordinárias)	-

**3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**

2015
-

**4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

A proposta não contempla distribuição de dividendos com base em lucros anteriores.

**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

**a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Natureza	Ações Ordinárias
Dividendos por Lote de mil ações (Ordinárias)	-

**b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

Não aplicável porque a Companhia encerrou o exercício de 2015 com prejuízo.

**c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Não há incidência de atualização e juros sobre os dividendos.



- d. **Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Não aplicável porque a Companhia encerrou o exercício de 2015 com prejuízo.

6. **Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

- a. **Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Não há montante de dividendos já declarados

- b. **Informar a data dos respectivos pagamentos**

Não há montante de dividendos já declarados

7. **Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

- a. **Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

	2015	2014	2013
<b>Lucro Líquido</b>	-	194.830.115,13	515.059.067,25
<b>Lucro Líquido por Lote de mil ações (Ordinárias)</b>	-	0,049669681	0,131308343

- b. **Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**

	2015	2014	2013
<b>Dividendo</b>	-	161.446.028,47	161.446.028,47
<b>Dividendo por Lote de mil ações (Ordinárias)</b>	-	0,041158795	0,041158795

8. **Havendo destinação de lucros à reserva legal**

- a. **Identificar o montante destinado à reserva legal**

2015 (R\$)
-

- b. **Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

O montante destinado à composição da Reserva Legal corresponde a 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício social, na forma da não houve destinação de montante à reserva legal, tendo em vista o disposto no item II do § 1º do artigo 27 do Estatuto Social.

9. **Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**



**a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável pois a Companhia não possui ações preferenciais.

**b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável pois a Companhia não possui ações preferenciais..

**c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**

Não aplicável pois a Companhia não possui ações preferenciais.

**d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**

Não aplicável pois a Companhia não possui ações preferenciais.

**e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicável pois a Companhia não possui ações preferenciais.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório**

**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

O Estatuto Social da companhia prevê, no item III do § 1º do artigo 27 a distribuição do dividendo não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº. 6.404/76.

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

O montante distribuído de dividendos equivale ao mínimo obrigatório, conforme previsto no Estatuto Social da companhia.

**c. Informar o montante eventualmente retido**

Não há retenção de dividendos. A companhia está pagando o dividendo mínimo obrigatório.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**



**a. Informar o montante da retenção**

Não aplicável, pois não há retenção de dividendo obrigatório.

**b. Justificar a retenção dos dividendos**

Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável, pois não há retenção de dividendo obrigatório.

**c. Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável, pois não há retenção de dividendo obrigatório.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

**a. Identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

**b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

**c. Explicar porque a perda foi considerada provável**

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

**d. Justificar a constituição da reserva**

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

**a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de lucros a realizar.

**b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**



Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de lucros a realizar.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

O item IV do § 1º do artigo 27 do Estatuto Social estabelece uma reserva de reforço de capital de giro. É destinado para essa reserva eventual lucro não distribuído por deliberação da Assembléia Geral, conforme disposto no Estatuto. O saldo dessa reserva não pode exceder 80% (oitenta por cento) do valor do capital subscrito.

**b. Identificar o montante destinado à reserva**

Não aplicável porque a Companhia encerrou o exercício de 2015 com prejuízo.

**c. Descrever como o montante foi calculado**

Não aplicável porque a Companhia encerrou o exercício de 2015 com prejuízo.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

**a. Identificar o montante da retenção**

Não aplicável, pois a companhia não retém lucros para orçamento de capital.

**b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

Não aplicável, pois a companhia não retém lucros para orçamento de capital.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

**a. Informar o montante destinado à reserva**

Não aplicável, pois a companhia não destina resultado para reserva de Incentivo Fiscal.

**b. Explicar a natureza da destinação**

Não aplicável, pois a companhia não destina resultado para reserva de Incentivo Fiscal.

**Anexo III – Item 13 do Formulário de Referência (Remuneração da Administração)**

**13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

**a) objetivos da política ou prática de remuneração**

**b) composição da remuneração, indicando:**



- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles
- ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total
- iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração
- iv. razões que justificam a composição da remuneração

**a) objetivos da política ou prática de remuneração:**

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, reunidos em Assembleia Geral Ordinária, fixar, anualmente, o montante global da remuneração dos membros da sua administração.

Adicionalmente, a política de remuneração da Companhia é estipulada considerando, para cada cargo, conhecimentos exigidos, complexidade das atividades e resultados específicos.

A filosofia e as políticas de remuneração se aplicam aos membros do conselho de administração e do conselho fiscal, bem como aos membros da diretoria da Companhia.

**b) composição da remuneração:**

Conselho de Administração

Dentre os membros do conselho de administração da Companhia, apenas o conselheiro representante dos empregados e os conselheiros independentes fazem retirada, fixa, por reunião participada, de pro-labore.

Diretoria

Os componentes da remuneração dos membros da diretoria da Companhia e a proporção de cada elemento na remuneração total estão descritos a seguir:

Salário-base: salário nominal, também definido como a remuneração fixa; e

Remuneração variável: bônus baseado em metas corporativas e individuais e pagamento anual.

Benefícios: compõem a remuneração indireta de curto prazo. A Companhia oferece benefícios, tais como: (a) assistência médico-hospitalar; (b) assistência odontológica; (c) seguro de vida; (d) previdência complementar; (e) check-up médico; e (f) veículo designado para cargos de alta liderança (apenas para diretoria da Companhia).

Para a diretoria da Companhia a proporção de cada elemento na remuneração total é a seguinte, por exercício social:

	2013	2014	2015
Remuneração fixa	64%	64%	65%
Remuneração variável	31%	27%	22%
Benefícios	5%	9%	12%

A metodologia de cálculo para o reajuste da remuneração total da diretoria é definida pelo acionista controlador (Enel Brasil S.A.) considerando os índices de inflação do ano anterior.

**c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**



A remuneração pelo salário-base e benefícios não estão relacionados a indicadores, pois seguem práticas de mercado.

A remuneração variável é baseada em indicadores de desempenho, tais como: geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA; lucro líquido; DEC (Duração Equivalente por Consumidor); FEC (Frequência Equivalente por Consumidor); pesquisa ABRADDEE (ISQP); cobrabilidade; dívida vencida; índice de perdas; clima laboral; acidentes - taxas de frequência e gravidade; orçamento (investimento + OYM + pessoal).

**d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

O salário-base e os benefícios não são alterados, pois seguem práticas do mercado (conforme descrito acima). A remuneração variável está diretamente relacionada aos resultados de desempenho corporativos e individuais.

**e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

A remuneração fixa segue padrões de mercado. A remuneração variável está composta por indicadores de desempenho, os quais estão alinhados com os objetivos da Companhia, para garantir a sua sustentabilidade no curto, médio e longo prazo.

**f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

A Diretoria da Companhia possui remuneração suportada por algum(s) de seu(s) acionista(s) controlador(s) diretos ou indiretos, conforme divulgado no item 13.15.

**g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não aplicável.

**13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

**a) órgão**

**b) número de membros**

**c) remuneração segregada em:**

*i. remuneração fixa anual, segregada em:*

- *salário ou pró-labore*
- *benefícios diretos e indiretos*
- *remuneração por participação em comitês*
- *outros*

*i. remuneração variável, segregada em:*

- *bônus*
- *participação nos resultados*



Grupo Enel

· remuneração por participação em reuniões

· comissões

· outros

iii. benefícios pós-emprego

iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo

v. remuneração baseada em ações

**d) valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

**e) total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

Conselho de Administração (Valores em R\$)	2013	2014	2015	2016 (Máximo Previsto)
Número de membros	9	9	8	7
Remuneração Fixa Anual	6.000,00	10.000,00	13.328,00	59.438,02
Salário ou pró-labore	-	-	-	-
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	6.000,00	10.000,00	13.328,00	59.438,02
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Remuneração total Conselho de Administração	6.000,00	10.000,00	13.328,00	59.438,02

Mês	Nº Membros
Janeiro	8
Fevereiro	8
Março	8
Abril	7
Maio	7
Junho	7
Julho	7
Agosto	7
Setembro	7



Grupo Enel

Outubro	7
Novembro	7
Dezembro	7
<b>Soma de membros nos últimos 12 meses</b>	<b>87</b>
<b>Média de membros nos últimos 12 meses</b>	<b>7,25</b>

Diretoria Estatutária (Valores em R\$)	2013	2014	2015	2016 (Máximo Previsto)
Número de membros	9	9	8	12
Remuneração Fixa Anual	4.619.564,87	4.509.352,88	6.515.689,99	15.757.236,97
Salário ou pró-labore	4.306.093,26	3.950.619,11	5.470.697,79	13.230.077,18
Benefícios diretos e indiretos	313.471,61	558.733,77	1.044.992,20	2.527.159,79
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável	2.097.532,72	1.709.388,90	1.886.203,80	4.561.506,19
Bônus	2.097.532,72	1.709.388,90	1.886.203,80	4.561.506,19
Participação nos Resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
Remuneração total da Diretoria Estatutária	6.717.097,59	6.218.741,78	8.401.893,79	20.318.743,17

	2013	2014	2015	2016 (Máximo Previsto)
Total Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal	6.723.097,59	6.228.741,78	8.415.221,79	20.378.181,18

Não há Conselho Fiscal.

**13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

**a) órgão**

**b) número de membros**

**c) em relação ao bônus:**



i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

**d) em relação à participação no resultado:**

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Não há remuneração variável para os membros do Conselho de Administração.

Diretoria Estatutária Ampla	2013	2014	2015
Número de membros	10	9	8
<b>Bônus:</b>	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	2.510.511,93	2.471.405,64	2.829.305,70
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	2.092.093,28	2.059.504,70	2.357.754,75
Valor efetivamente reconhecido no resultado	2.097.532,72	1.709.388,90	1.886.203,80
<b>Em relação à participação no resultado:</b>	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-
Remuneração total da Diretoria Estatutária	2.097.532,72	1.709.388,90	1.886.203,80

**Remuneração Variável prevista para o exercício social corrente 2016**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Número de membros</b>	7	12	-	19,00
<b>Bônus:</b>	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	5.473.807,43	-	5.473.807,43
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	4.561.506,19	-	4.561.506,19
<b>Participação nos resultados</b>	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas	-	-	-	-



fossem atingidas	-	-	-	-
------------------	---	---	---	---

**13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:**

- a) termos e condições gerais
- b) principais objetivos do plano
- c) forma como o plano contribui para esses objetivos
- d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f) número máximo de ações abrangidas
- g) número máximo de opções a serem outorgadas
- h) condições de aquisição de ações
- i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j) critérios para fixação do prazo de exercício
- k) forma de liquidação
- l) restrições à transferência das ações
- m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável.

**13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.**



Grupo Enel

Companhia	Conselho de Administração*	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
	Em 31/12/2015	Em 31/12/2015	Em 31/12/2015
<b>De Emissão da Própria Companhia</b>	<b>162.841</b>	<b>0</b>	<b>327</b>
Ações Ordinárias	162.841	0	327
<b>Controladores Diretos ou Indiretos</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Enel Brasil S/A	2	0	0
<b>Sociedades Controladas</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Sociedades sob Controle Comum</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
Cia. Energética do Ceará S/A – Ações Preferenciais e Ordinárias	3	0	1
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S/A – Ações Preferenciais e Ordinárias	0	0	0
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S/A – Ações Ordinárias	1	0	0
Companhia de Interconexão Energética S/A – Ações Ordinárias	1	0	0

\*Para o conselho de administração se considera tanto os membros efetivos como os membros suplentes.

**13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

**a) órgão**

**b) número de membros**

**c) em relação a cada outorga de opções de compra de ações:**



*i. data de outorga*

*ii. quantidade de opções outorgadas*

*iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis*

*iv. prazo máximo para exercício das opções*

*v. prazo de restrição à transferência das ações*

*vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:*

- em aberto no início do exercício social*
- perdidas durante o exercício social*
- exercidas durante o exercício social*
- expiradas durante o exercício social*

**d) valor justo das opções na data de outorga**

**e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas**

Não aplicável.

**13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

**a) órgão**

**b) número de membros**

**c) em relação às opções ainda não exercíveis**

*i. quantidade*

*ii. data em que se tornarão exercíveis*

*iii. prazo máximo para exercício das opções*

*iv. prazo de restrição à transferência das ações*

*v. preço médio ponderado de exercício*

*vi. valor justo das opções no último dia do exercício social*



**d) em relação às opções exercíveis**

*i. quantidade*

*ii. prazo máximo para exercício das opções*

*iii. prazo de restrição à transferência das ações*

*iv. preço médio ponderado de exercício*

*v. valor justo das opções no último dia do exercício social*

*vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social*

Não aplicável.

**13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

**a) órgão**

**b) número de membros**

**c) em relação às opções exercidas informar:**

*i. número de ações*

*ii. preço médio ponderado de exercício*

*iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas*

**d) em relação às ações entregues informar:**

*i. número de ações*

*ii. preço médio ponderado de aquisição*

*iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas*

Não aplicável.

**13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:**

**a) modelo de precificação**

**b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**



c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

d) forma de determinação da volatilidade esperada

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

**13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:**

a) órgão

b) número de membros

c) nome do plano

d) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

e) condições para se aposentar antecipadamente

f) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

g) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

h) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

O Conselho de Administração não apresenta plano de previdência diferenciado. Em relação à Diretoria estatutária, informamos o que segue:

	Exercício social findo em 31/12/2015
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número de membros	6



c) Nome do plano	PACV – Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável
d) Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	2
e) Condições para se aposentar antecipadamente	O participante pode aposentar-se pelo plano desde que tenha, no mínimo, 50 anos de idade e cinco anos de contribuição.
f) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	10.016.171
g) Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	100.883,86
h) se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Ao se desligar da patrocinadora, possuindo 5 anos de contribuição, é possível o resgate de 100% das contribuições corrigidas e parte dos valores aportados pela patrocinadora (2/12% ao mês até o máximo de 50%).

**13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:**

a) órgão

b) número de membros

c) valor da maior remuneração individual

d) valor da menor remuneração individual

e) valor médio de remuneração individual

A eficácia do presente item encontra-se suspensa em relação aos associados do IBEF – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças, do qual o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia é afiliado e, por consequência, às sociedades às quais estejam associados (no caso à Companhia), em razão de liminar deferida pela 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro no âmbito da ação ordinária nº 2010.5101002888-5, ajuizada pelo IBEF.

**13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor**

Nos casos de dispensa sem justa causa, ou por motivo de reorganização societária, não existe nenhuma previsão contratual de pagamento de indenização nem de manutenção de benefícios.

Entretanto, o pagamento de indenizações, benefícios e/ou consultoria de recolocação profissional, fica a critério e liberalidade da Companhia.

**13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

Conselho de Administração	2013	2014	2015
Remuneração Total Conselho de Administração	6.000,00	10.000,00	13.328,00
% da remuneração total para partes relacionadas aos controladores	0%	0%	0%

Diretoria Estatutária	2013	2014	2015
Remuneração Total Diretoria Estatutária	6.717.097,59	6.218.741,78	8.401.893,79
Remuneração Diretores Ampla (apenas)	3.938.750,12	3.605.963,85	



			4.682.533,86
Remuneração dos Diretores que também são Diretores da Enel Brasil	2.778.347,47	2.612.777,93	3.719.359,93
% da remuneração total para partes relacionadas aos controladores	41%	42%	44%

**13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados**

Não aplicável.

**13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos**

Conselho de Administração	2013	2014	2015
<b>Remuneração em:</b>	-	-	-
Controladores Diretos e Indicadores	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-
Sociedades sob Controle Comum	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-
Controladas	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-

Diretoria Estatutária	2013	2014	2015
<b>Remuneração em:</b>			
Controladores Diretos e Indicadores	402.208,92	177.053,41	798.482,91
Fixa	257.841,89	112.477,83	519.913,58
Variável	144.367,03	64.575,58	278.569,33
Sociedades sob Controle Comum	1.580.782,23	1.924.140,47	3.331.041,60
Fixa	1.013.383,48	1.222.360,79	2.168.930,29
Variável	567.398,75	701.779,68	1.162.111,31
Controladas	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-

**Exercício social 2015 - remuneração recebida em função do exercício do cargo emissor**

	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	798.482,91	-	<b>798.482,91</b>
Controladas do emissor	-	-	-
Sociedades sob controle comum	3.331.041,60	-	<b>3.331.041,60</b>

**Exercício social 2015 - demais remunerações, especificando a que título foram atribuídas**

Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total



Grupo Enel

Controladores diretos e indiretos	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-

### 13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens acima.

## Anexo IV – Informações relativas aos membros do Conselho de Administração indicados pelos acionistas. Item 12.6 a 12.10

### 12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

- a) nome
- b) idade
- c) profissão
- d) CPF ou número do passaporte
- e) cargo eletivo ocupado
- f) data de eleição
- g) data da posse
- h) prazo do mandato
- i) outros cargos ou funções exercidos no emissor
- j) indicação se foi eleito pelo controlador ou não



Grupo Enel

Nome	Idade	Profissão	CPF / Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos Ou Funções Exercidas no Emissor	Indicação se foi eleito pelo Controlador
Mario Fernando de Melo Santos	77	Engenheiro Eletricista	000.541.194-72	Presidente do Conselho de Administração	26/04/2016	26/04/2016	AGO de 2019	Não há	Sim
Monica Hodor	48	Engenheira	2670913293161	Vice-Presidente y Membro Efetivo do Conselho de Administração	26/04/2016	26/04/2016	AGO de 2019	Não há	Sim
Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira	47	Contador	002.533.027-65	Membro Efetivo do Conselho de Administração	26/04/2016	26/04/2016	AGO de 2019	Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle	Sim
José Alves de Mello Franco	58	Engenheiro Eletricista	283.567.996-00	Membro Efetivo do Conselho de Administração	26/04/2016	26/04/2016	AGO de 2019	Diretor de Regulação	Sim
José Távora Batista	62	Engenheiro Eletricista	135.402.623-34	Membro Efetivo do Conselho de Administração	26/04/2016	26/04/2016	AGO de 2019	Não há	Sim
Carlo Federico Vladimir Il'ic Zorzoli	48	Engenheiro	YA 3978216	Membro Efetivo do Conselho de Administração	26/04/2016	26/04/2016	AGO de 2019	Não há	Sim
Deborah Meirelles Rosa Brasil	41	Advogada	025.881.547-78	Membro Suplente do Conselho de Administração	26/04/2016	26/04/2016	AGO de 2019	Diretora Jurídica	Sim
Flavia da Silva Barauna	39	Contadora	047.486.047-78	Membro Suplente do Conselho de Administração	26/04/2016	26/04/2016	AGO de 2019	Não há	Sim
Marcia Massotti de Carvalho	40	Economista	10432558-4	Membro Suplente do Conselho de Administração	26/04/2016	26/04/2016	AGO de 2019	Não há	Sim
Gabriel Maluly Neto	39	Engenheiro Eletricista	003.513.229-90	Membro Suplente do Conselho de Administração	26/04/2016	26/04/2016	AGO de 2019	Não há	Sim
Claudio César Weyne da Cunha	40	Contador	721.271.123-34	Membro Suplente do Conselho de Administração	26/04/2016	26/04/2016	AGO de 2019	Não há	Sim
Carlos Ewandro Naegele Moreira	60	Engenheiro	391.142.017-04	Membro Suplente do Conselho de Administração	26/04/2016	26/04/2016	AGO de 2019	Diretor de Recursos Humanos e Organização	Sim



**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários**

A Companhia não possui comitês estatutários, e tampouco outros comitês ou estruturas ainda que não estatutárias.

**12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:**

a) currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

nome da empresa

cargo e funções inerentes ao cargo

atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

MARIO FERNANDO DE MELO SANTOS (Presidente do Conselho de Administração)

De nacionalidade brasileira, nascido em 18 de Julho de 1938. É graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Trabalhou na Companhia Hidroelétrica do São Francisco de 1962 a 1990 exercendo função de Engenheiro e Gerente na área de Construção, Operação e Manutenção do Sistema Energético, Diretor de Operação e Presidente em exercício em diversas oportunidades. Foi coordenador nacional de Abastecimento do Departamento Nacional de Combustíveis SNE/MINFRA, de Julho de 1990 até Abril de 1991. Diretor de Operação de Sistema e Presidente interino nas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS entre 1991 e 1998. Foi Diretor – Geral da ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico por 08 anos. É presidente do Conselho de Administração da Endesa Brasil S.A. desde 2005 e presidente do Conselho de Administração da Ampla desde 29 de abril de 2008, Presidente do Conselho de Administração da Coelce desde 17 de maio de 2006. Ocupou o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Ampla Investimentos e Serviços S.A. desde 28 de abril de 2006 até 21 de novembro de 2011, data de sua incorporação.

MONICA HODOR (Vice-Presidente e Membro Efetivo do Conselho de Administração)

De nacionalidade romena, nascida em 13/09/1967. É graduada em Engenharia Aeroespacial, pelo Instituto Politécnico de Bucareste, e em Economia, pela Academia de Estudos Econômicos de Bucareste. Entre 1992 e 1994, trabalhou como contadora na Timber Trading & Consulting (*joint venture* Austro-Romena). Já de maio de 1994 a maio de 1995, foi CFO na Terra Part S.A. Entre maio de 1995 e dezembro de 2001, ocupou as posições de Chefe do Departamento de Orçamento e Controladoria e Contadora Chefe (*Chief Accountant*) na AGIP da Romênia (empresa do Grupo ENI, Itália). Foi CFO (janeiro/2002 a fevereiro/2011) e CEO (outubro/2009 a fevereiro/2011) na Praktiker da Romênia (empresa do Grupo Praktiker AG-Metro, Alemanha). Em abril de 2011, ingressou no Grupo Enel, tendo exercido a função de CFO para as empresas do Grupo na Romênia (abril/2011 a setembro/2015). Desde outubro de 2015, exerce a função de Chefe de Planejamento e Controle e Infraestrutura e Redes na Enel-Global Infrastructure & Networks, responsável pela coordenação financeira e operacional das atividades das companhias de distribuição do Grupo Enel na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Itália, Peru, Romênia e Espanha.



#### AURELIO BUSTILHO OLIVEIRA (Membro Efetivo do Conselho de Administração)

Nascido em 29 de julho de 1968, com formação em administração e contabilidade na UFRJ. Tem um MBA pela UFRJ, com especialização em Inteligência Competitiva e cursos de extensão em Harvard Business School (Executive Program in Energy Management) e Chicago Booth (CFO Program). Entre 1988 e 1998 trabalhou na Reynolds Latasa, exercendo funções na controladoria e contabilidade, atuando em fase de implantação de novas plantas e processo de abertura de capital, e na Ceras Johnson, com a função de gerente de contabilidade, custos e contas a pagar, com atuação em implantação de sistemas de gestão integrada e metodologia de custeio. Ingressou no grupo Endesa em abril de 1999 como gerente administrativo-financeiro das Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.. Em 2000, passou a exercer a função de controller das empresas de geração do Grupo Endesa (CIEN, Cachoeira Dourada e CGTF), atuando também como responsável pelo controle do projeto de construção da Interconexão Brasil-Argentina da CIEN, e posteriormente como responsável pelo controle do projeto de construção da termelétrica da Endesa Fortaleza. Em 2004 passou a desempenhar a função de Diretor de Planejamento, Controle e Contabilidade das empresas de geração do Grupo Endesa no Brasil. De 2013 a 2016, ocupou o cargo de CFO em Codensa e Emgesa, empresas do Grupo Enel na Colômbia. Atualmente, é CFO do Grupo Enel no Brasil.

#### JOSÉ ALVES DE MELLO FRANCO (Membro Efetivo do Conselho de Administração)

De nacionalidade brasileira, nascido em 17 de novembro de 1957. É graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Juiz de Fora - MG, com especialização em Operação de Sistemas Hidrotérmicos pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e mestre em Engenharia Elétrica pela UNICAMP, na área de planejamento energético. Desde 1982, atua no setor elétrico, começando nas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - Eletronorte, passando pelo departamento de operação de sistemas, pela divisão de planejamento energético da operação e depois pela assessoria de comercialização de energia da diretoria de operação. Ocupou o cargo de superintendente da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL no período de março de 1998 a fevereiro de 2002. Foi Superintendente da Diretoria de Mercado Atacadista da Light Serviços de Eletricidade S.A. no período de fevereiro a novembro de 2002. É membro do Conselho Diretor da ABRADEEE desde 2002. Desde dezembro de 2002, ocupa o cargo de Diretor de Regulação da Ampla Energia e Serviços S.A. Ocupa o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Ampla Energia e Serviços S.A. desde 29 de abril de 2008. Desde agosto de 2007 ocupa o cargo de Diretor de Regulação da Endesa Brasil S.A. e desde junho de 2008 ocupa o cargo de Diretor de Regulação da Coelce. Ocupou o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Ampla Investimentos e Serviços S.A. desde 16 de dezembro de 2008 até 21 de novembro de 2011, data de sua incorporação.

#### JOSÉ TÁVORA BATISTA (Membro Efetivo do Conselho de Administração)

De nacionalidade brasileira, nascido em 17 de março de 1954. É graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Ceará (UFC), especialista em Subestações e Sistemas de Distribuição de Energia pela Escola de Engenharia da Universidade de Fortaleza (Unifor), especialista em Engenharia de Distribuição pela Escola de Engenharia da UFC e Master in Business Administration em Gestão de Negócios em Energia Elétrica pela Fundação Getúlio Vargas-FGV. Iniciou sua trajetória no Grupo Enel Brasil em 1980, quando foi admitido na Coelce, tendo ocupado as chefias de Divisão de Fiscalização de Consumidores, Divisão de Combate a Fraude, Divisão de Manutenção e Operação do Regional Centro, Departamento Regional Centro, Superintendente de Distribuição de Fortaleza, Chefe do Projeto Qualidade de Serviço e Gerente de Distribuição Sul. Ocupa a Diretoria Técnica da Coelce desde dezembro de 2001. Atua como membro do Conselho de Administração da Ampla desde 2010.

#### CARLO FEDERICO VLADIMIR IL ' IC ZORZOLI (Vice-Presidente e Membro Efetivo do Conselho de Administração).

De nacionalidade italiana, nascido em 18/05/1967. Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Roma e com MB pela Duke University, Fuqua School of Business, ocupava desde 2015 o cargo de presidente da Enel Green Power na América Latina. Possui 20 anos de experiência no setor elétrico e começou a trabalhar no Grupo em 1996, na área de Distribuição. Já ocupou posições de liderança nas áreas de Desenvolvimento de Projetos no Brasil e Emirados Árabes (2000/2002); Desenvolvimento de Negócios para os Estados Unidos e América Central (2003/2007), e para Ibéria e América Latina (2009/2013). Também foi responsável por Operação e Manutenção Itália (OyM) da Enel Green Power, de 2013 a 2015. Conduziu ainda a entrada da Enel no México – onde foi Country Manager de 2008 a 2009 -, por meio da aquisição de usinas hidrelétricas. O executivo tem especialização em tecnologia de geração de energia e em planos de desenvolvimento de negócios. O executivo Carlo Zorzoli é o novo Country Manager da Enel Brasil.



#### DEBORAH MEIRELLES ROSA BRASIL (Membro Suplente do Conselho de Administração)

Nasceu na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais em 17 de outubro de 1974. Formou-se em direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em dezembro de 1998. Concluiu o curso de pós-graduação em Direito do Consumidor e da Concorrência (2001) pela Fundação Getúlio Vargas e o MBA de Gestão de Negócios no Ibmec em 2007. Iniciou sua trajetória profissional na GLOBOCABO/OPERAÇÃO RIO - NET RIO S/A, em janeiro de 1999, como advogada. Em novembro de 1999, foi contratada como advogada especialista na área de consumidor da TELEMAR RIO. De fevereiro de 2001 a janeiro de 2004, exerceu diferentes cargos na Gerência Jurídica Operacional da Telemar, onde atuou como coordenadora da Equipe de Juizados Especiais Cíveis, coordenadora da área trabalhista e, também, nas áreas consultivas e de contratos da diretoria jurídica da holding do Grupo Telemar. Em fevereiro de 2004, assumiu a coordenação do departamento jurídico da INFOGLOBO COMUNICAÇÕES LTDA (Jornal O Globo e EXTRA), sendo responsável por todo o contencioso cível, trabalhista e fiscal da empresa. Em setembro de 2004, iniciou na AMPLA Energia e Serviços S/A como Líder de Processo da área de Unidade de Negócios da Diretoria Jurídica (responsável pela área de consumidor, contratos, criminal e ambiental). Em 27 de novembro de 2006 foi eleita Diretora Jurídica da Ampla.

#### FLAVIA DA SILVA BARAUNA (Membro Suplente do Conselho de Administração)

De nacionalidade brasileira, natural do Rio de Janeiro, nascida em 21 de fevereiro de 1977, graduou-se em Contabilidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, em 1998. Em 2003, concluiu o curso de extensão em negociação pela FGV, com duração de 100h e em 2005 concluiu MBA em Administração de Empresas na IBMEC. Iniciou suas atividades profissionais em 1996, na empresa Gillete do Brasil Ltda., como analista contábil júnior, onde ficou até 1997. Depois ingressou na Ceras Johnson Ltda., também como analista contábil júnior, onde permaneceu de 1997 a 1999. Posteriormente trabalhou na empresa PriceWaterhouseCoopers Sociedade Civil Ltda., como analista contábil, de 1999 a 2000. Ingressou no Grupo Enel em 2000, tendo atuado de 2000 a 2002 no Controle de Projetos e era responsável por todo o controle administrativo, orçamental, das compras e contratações, de importação, seguros e todos os relativos sujeitos ao projeto de Interconexão Energética Brasil-Argentina II. De 2002 a 2004 atuou como Supervisora de Compras e de 2004 a 2009 como Gerente de Compras, era responsável pela implementação da área nas empresas gerações no Brasil, e estava no comando de todas as compras, contratos e ações das empresas de geração de Endesa no Brasil (Endesa CIEN, Endesa Cachoeira e Endesa Fortaleza) e também de 02 empresas do grupo na Argentina (Endesa CTM e Endesa TESA). De 2009 a 2012 atuou no centro de serviços compartilhados, no setor de finanças, que ficou como responsável pelo estudo de caso de negócio e implementação do Centro de Serviços Compartilhados da Endesa Brasil. Em 2013 teve experiência na área de administração de RH, contas a pagar, tesouraria, entre outros, que durou até 2014. Atualmente é chefe dos Serviços e Segurança Brasil, é responsável por Serviços Gerais e Facility Management.

#### MARCIA MASSOTTI DE CARVALHO (Membro Suplente do Conselho de Administração)

De nacionalidade brasileira, nascida em 01 de abril de 1976, graduou-se em ciências econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) em 1998. Em 2001, concluiu o curso de pós graduação em marketing pelo IGA-PUC-RJ. Em 2002, concluiu o curso de pós graduação em gestão em telecomunicações pela Fundação Dom Cabral, e em 2004, concluiu o curso de pós graduação em empreendedorismo pela ESPM, no Rio de Janeiro. Em 2007, concluiu o mestrado de economia com ênfase em finanças pelo IBEMEC-RJ, onde defendeu a tese “uso de opções reais para precificação das garantias de contrato: o caso expresso aeroporto”. Iniciou suas atividades profissionais como analista em 1997, no banco BVA S.A, banco de investimentos do Rio de Janeiro, onde ficou até 2001, quando foi aprovada em um processo para trainee na Embratel S.A., onde permaneceu por 5 anos. Ingressou no Grupo Enel em 2006 para trabalhar como especialista em Planejamento e Controle da holding Enel Brasil. Em 2008, assumiu o cargo de responsável pelo Planejamento e Controle pelas empresas de geração do Grupo. Em 2009, depois de uma reestruturação das atividades pró-processos, assumiu a responsabilidade da área de reporte, onde ficou por 2 anos. Em 2011, assumiu o cargo de responsável pela secretaria técnica, área criada para suporte à presidência da Enel Brasil, onde permanecer por 4 anos. Em dezembro de 2014, assumiu a responsabilidade pela área de Sustentabilidade de todas as empresas do Grupo.

#### GABRIEL MALULY NETO (Membro Suplente do Conselho de Administração)

De nacionalidade brasileira, nascido em 25 de novembro de 1976. Formado em Engenharia Elétrica pela PUC-Rio, com mestrado em Administração Empresarial na mesma instituição, iniciou sua trajetória profissional em 2000 na companhia de telecomunicações Oi, onde desenvolveu habilidades em gerenciamento de projetos e coordenação de equipes operacionais. Ingressou no grupo Enel em novembro de 2004, na operação do sistema comercial da distribuidora de energia elétrica Ampla (RJ). Em 2011, se tornou gerente de Operações Comerciais da distribuidora. Maluly também foi um dos responsáveis pelo lançamento do projeto Ecoampla, no período em que atuou em Pesquisa & Desenvolvimento e



Inovação em 2008. O executivo migrou para a área de ICT em 2013, como o responsável pela área para todas as empresas da Enel Brasil. Maluly está neste cargo atualmente e vem implementando projetos de impacto para a redução de despesas operacionais da holding no país.

#### **CLAUDIO CÉSAR WEYNE DA CUNHA (Membro Suplente do Conselho de Administração)**

De nacionalidade brasileira, nascido em 28 de abril de 1976. Formado em Contabilidade pela Unifor - Universidade de Fortaleza, em 2000, e pós-graduado em Gestão de negócios em energia elétrica pela FGV- Fundação Getúlio Vargas, em 2003. Iniciou sua trajetória profissional em 1996, como Analista Contábil da Caixa Econômica Federal. Atua no Grupo Enel desde 1999, quando atuou como Chefe do departamento financeiro da Coelce. Em 2006, foi transferido para a Chilectra, em Santiago do Chile, atuando no Gerenciamento de projeto (linha de negócios de distribuição Latam) onde permaneceu até 2007. De maio de 2007 até janeiro de 2008 atuou no Gerenciamento de Projeto Luz para Todos da COELCE – Companhia Energética do Ceará. De 2008 até 2011 atuou como Chefe de Planejamento e Controle da Enel Brasil, também já ocupou os cargos de Diretor de Planejamento e Controle da AMPLA Energia e Serviços S.A. e da COELCE – Companhia Energética do Ceará, e atualmente ocupa o cargo de Diretor de Planejamento e Controle da CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.

#### **CARLOS EWANDRO NAEGELE MOREIRA (Membro Suplente do Conselho de Administração)**

Nasceu em Itaocara, Estado do Rio de Janeiro, em 17 de março de 1956. Formou-se em engenharia elétrica pela Escola de Engenharia Veiga de Almeida em 1978. Concluiu os cursos de pós-graduação em Análise de Projetos (1997) e Gerência de Energia (2001) pela Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro. Trabalha na Ampla desde 1977 quando ingressou como estagiário e onde vem exercendo diferentes cargos como: Chefe da Divisão de Projetos de maio/91 a junho/93; Chefe de Departamento de Engenharia do Sistema de julho/93 a março/97; Gerente de Engenharia e Obras de março/98 a abril/99; Gerente de Operação e Manutenção de maio/99 a dezembro/00; Gerente de Coordenação e Organização de janeiro/01 a dezembro/01; Gerente de Novos Negócios e Eficiência Energética de janeiro/02 a abril/02; Gerente de Manutenção e Obras de maio/02 a agosto/05 e Diretor de Relações Institucionais e Comunicação desde setembro/05." Foi Coordenador do Comitê de Gestão do Racionamento de Energia (2001-2002). É membro do Conselho de Administração da Fundação Brasileiros desde 1999. Atualmente, atua como Diretor de Recursos Humanos e Organização do Grupo Enel no Brasil.

#### **b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

- i. qualquer condenação criminal
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Nenhum dos profissionais mencionados no item 12.8 acima esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo da CVM, ou qualquer condenação transitada em julgado em esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Os administradores que se pretendem eleger estão devidamente habilitados para a prática de suas respectivas atividades profissionais.

#### **12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

- a) administradores do emissor
- b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor
- c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor
- d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não há.



**12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

**a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor**

Não aplicável à Companhia.

**b) controlador direto ou indireto do emissor**

Enel Brasil S/A

2016

O Sr. Carlo Federico Vlamidir IL' IC Zorzoli é o atual Country Manager da Enel Brasil.

O Sr. José Alves de Mello Franco é Diretor de Regulação da Enel Brasil S.A., cargo que exerce desde 16 de agosto de 2007.

O Sr. Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira é o atual CFO da Enel Brasil.

**c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Não aplicável

**II – Nos termos do previsto no inciso I do artigo 11 da Inst. CVM 481 de 2009, a Administração apresenta relatório detalhando a origem e justificativa das alterações propostas e analisando os seus efeitos jurídicos e econômicos:**

O acionista controlador entendeu ser mais adequado ao funcionamento da Companhia a redução de membros ora proposta. Desta forma, 06 membros e não mais 08, passarão a ser indicados pelo controlador e 01 (um) membro indicado pelos empregados da Companhia. Como na Companhia não ocorre eleição de conselheiro por acionista minoritário, tendo em vista o baixo percentual do seu *free float* (0,36%), não há prejuízo a qualquer direito de eleição de conselheiro por parte de acionista minoritário.

O efeito jurídico mais sensível é que em caso de vacância de algum cargo no Conselho de Administração, a companhia não terá, obrigatoriamente, que eleger um Conselheiro, tendo em vista que a redação proposta de “até 07 membros” possibilita que o colegiado seja composto por um número inferior a 07, sempre respeitando o mínimo legal. Além disso, a Companhia acredita que a participação da totalidade de membros na reunião será mais facilmente atingida, pois é mais fácil reunir 07 membros do que 09.

Em relação aos efeitos econômicos, a Companhia entende que os mesmos não existem, uma vez que, conforme informado pelo item 13.1 do seu Formulário de Referência, os membros do Conselho de Administração ligados ao grupo de controle, não recebem qualquer tipo de remuneração, quer seja ela fixa ou variável ou em forma de outros benefícios. Assim, a redução do número de membros não implica em redução da remuneração paga, já que os membros pertencentes às empresas do próprio grupo eleitos pelo controlador não recebem remuneração adicional pelas participação neste Conselho de Administração.

